

**ATA DO SEMINÁRIO “FINANÇAS PÚBLICAS DE MATO GROSSO DO SUL:
DISCURSO E REALIDADE”, REALIZADO NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e cinco, às treze horas e cinquenta e nove minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência da senhora deputada Gleice Jane, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e membro da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, deu-se a abertura do Seminário “Finanças Públicas de Mato Grosso do Sul: Discurso e Realidade”.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Autoridades, parlamentares, profissionais da área de finanças, representantes de entidades de classe, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam bem-vindos! Boa tarde a todos que nos acompanham pelas nossas plataformas digitais, pela TV Alems, canal 7.2 (TV aberta), e pela Rádio Alems, conectada com a Rádio Senado, na frequência 105,5 Mhz. Temos wi-fi disponível; para conectar, localize em seu dispositivo a rede Alems. Informamos que estarão disponíveis no site da Alems a matéria jornalística, os registros fotográficos por fotógrafos oficiais e as notas taquigráficas, dentro do prazo regimental. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Gleice Jane, recebe a todos nesta Casa de Leis para o Seminário “Finanças Públicas de Mato Grosso do Sul: Discurso e Realidade”; este encontro propõe uma reflexão crítica sobre a gestão dos recursos públicos do estado, confrontando os discursos oficiais com os desafios e possibilidades da realidade financeira de Mato Grosso do Sul. Este será um espaço de diálogo e reflexão coletiva, voltado para compreender como os recursos do estado são administrados e como podemos avançar na construção de uma gestão pública mais transparente, eficiente e justa. Já estão compondo a Mesa dos trabalhos deste seminário: a proponente, deputada Gleice Jane, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e membro da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação; a senhora Andreia Ferreira, economista da UFMS e supervisora técnica do Dieese; o professor doutor Paulo Esselin; e, de forma virtual, o doutor Juliano Giassi Goulart. Registraremos presença de Bruno Alves da Silva Nascimento, presidente do Sindicato dos Servidores do Detran/MS, jornalista e mestre em Administração Pública; Evelyn Delgado Abelha, presidente do Sindicato dos Servidores da Alems (Sisalms); Ana Cláudia Gomes, coordenadora-geral do Fórum dos Servidores de Mato Grosso do Sul; Elton Marcelo Nonato Garcia de Brito e Silva, diretor administrativo do Sinterpa (Sindicato dos Servidores da Agraer); Rejane da Silva, coordenadora do Conselho Regional de Serviço Social (Cress/MS), neste ato, representando a presidente Carmem Pereira Barbosa; a professora Madalena Pereira, secretária educacional do Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação (ACP), neste ato, representando o presidente, professor Gilvano Kunzler Bronzoni; Elvio Marcos Vargas, secretário-geral do Sindicato dos Eletricitários (Sinergia); e Dionísio Gomes Avalharos, coordenador do Movimento dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso do

Sul. Senhoras e senhores, para abertura oficial e para presidir os trabalhos deste seminário, anunciamos a proponente, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Boa tarde a todas as pessoas presentes aqui. Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimento a todos e declaro aberto este seminário, de minha proposição, com o tema: “Finanças Públicas de Mato Grosso do Sul: Discurso e Realidade”. Quero falar um pouquinho sobre a ideia de fazer esse seminário e a proposta dele. Nós viemos acompanhando, já há algum tempo, o discurso sobre as finanças no Estado de Mato Grosso do Sul, um discurso sempre muito otimista de que Mato Grosso do Sul vai muito bem e de que a gente está em um momento muito importante do estado; em contrapartida, estamos solicitando mais políticas públicas, e percebemos os sindicatos, como os dos servidores públicos, solicitando políticas importantes, como a valorização dos servidores, e também temos questionado muito algumas políticas em vários setores, como na saúde, na educação e na segurança pública. Este ano fizemos um grande debate sobre a violência contra as mulheres e, ao mesmo tempo, percebemos algumas amarras nesse processo. Eu vi muitas promessas no início do Governo, como, por exemplo, com relação aos servidores públicos: vários sindicatos estão sempre nos dizendo: “Olha, muitas promessas não foram cumpridas”; os aposentados, também, estão sempre aqui na Assembleia Legislativa, trazendo essas demandas. Então, são demandas que chegam a todo momento e compreendemos ser importante serem debatidas aqui na Assembleia Legislativa. E, nos últimos dias, observamos, em algumas notas na imprensa — em especial algo que o doutor Paulo também trouxe à tona —, questões sobre relação à isenção de alguns tributos. E então, passamos a entender e a compreender a importância de nos aprofundar nesse debate. Esta discussão é inicial para compreendermos um pouco melhor a situação em que nos encontramos hoje, para começarmos a nos aprofundar. Nós vamos ter outros desafios à frente, como a reforma tributária; ver o que isso significa para o desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso do Sul e como isso vai refletir nas finanças públicas do estado. Então, nós temos vários desafios ainda para compreendermos esse processo no próximo período; isso se faz necessário porque nós temos que começar a propor também políticas públicas e uma forma de melhorar a saúde financeira do estado para garantir essas políticas. E, quando falamos em políticas, é importante deixar avisado e esclarecido para a população a ideia de que o orçamento público é o que garante saúde de qualidade, educação de qualidade e segurança pública, portanto, discutir orçamento e finanças não significa discutir números, mas sim discutir serviços para a população. Com base nisso, a gente pretende iniciar um bate-papo hoje — eu estou chamando de bate-papo porque acho que isso ainda vai longe, pois essa discussão necessita de um bom aprofundamento — e, quando nós pensamos em nos aprofundar, entendemos que é necessário trazer algumas pessoas para compreender esse processo, além de pessoas que estão nessa discussão no dia a dia do atendimento no serviço público, em especial o servidor, que é quem está lá na ponta, no atendimento à população, seja na educação, seja na segurança pública, no Detran ou qualquer outro setor. Então, nós fizemos esse convite aos sindicatos, a algumas lideranças, para que pudéssemos iniciar esse debate e o aprofundar. Então, quero agradecer a presença de cada um e cada uma que está aqui hoje. Para nós começarmos,

vou informar um pouco sobre a dinâmica dos trabalhos. Nós vamos dividir em três momentos: no primeiro momento, vamos abrir para a Mesa, para que cada pessoa possa se apresentar, em uma fala de até trinta minutos — se necessário — para explanar, principalmente quem tiver mais dados; mas não há necessidade de todo esse tempo. Depois, abriremos, no segundo momento, para o Plenário Especial — que são vocês que estão sentados aí, representando as entidades. No terceiro momento, abriremos para o público, para que as pessoas também possam fazer suas falas, questionamentos e apresentar demandas para nós. Combinado? Então, quero abrir os trabalhos. Vou convidar e já agradecer a presença, a participação e o empenho do doutor Paulo Esselin, que já vem nos provocando há algum tempo sobre essa pauta. Ele é professor, doutor, pós-doutor em História e, atualmente, professor titular aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com experiência na área de História, com ênfase em História Latino-Americana. Professor Paulo, passo a palavra para o senhor.

PROFESSOR PAULO ESSELIN — Boa tarde a todos. Eu queria agradecer o convite que me foi feito pela senhora deputada Gleice Jane. Queria cumprimentar todos os meus colegas e amigos que estão aqui, em nome da professora Andreia, com quem tivemos um convívio muito bom lá nos anos 2000, e dizer que estou muito contente por ter sido convidado para falar um pouco sobre a economia de Mato Grosso do Sul. Eu queria lembrar, senhora deputada, que eu imaginei — porque o Francisco me convidou — que eu teria três minutos de fala. Foi o que ele me disse, por isso saí de casa sem a menor preocupação. E outra coisa: eu entendi que a Andreia e o professor falariam e eu faria um comentário a respeito. Então, vocês vão me desculpar, mas eu não vou falar trinta minutos, porque não me preparei para isso. O que chama atenção de um professor de História, que conhece muito pouco de Economia, embora tenha sido professor na Universidade Federal no curso de Economia? Eu estava desenvolvendo uma pesquisa, estudando inclusive os anos 1960 aqui no estado, quando começam a cair nas minhas mãos — e eu não sei nem por quê. Eu comecei a pesquisar isso e me caíram alguns dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, que eu nem conhecia e não sabia nem o que era; então comecei a perceber uma contradição, porque nós temos um governador aqui que é homem simpático — nós não podemos negar isso — um homem que fala com muita tranquilidade, devagar... O Agamenon estava me dizendo agora mesmo: "não é nem um pouco agressivo", como eram os governadores anteriores e algum presidente da república, mas ele não, pois sempre diz que o Estado de Mato Grosso do Sul é o que mais cresce no Brasil, que a pobreza tá sendo reduzida drasticamente, que existe uma grande preocupação com a educação e com a saúde, enfim, é o Governo que não deixa ninguém para trás. Meu próximo artigo meu será esse "ninguém para trás". E o que eu sinto muito, é que nós, — eu me incluo — não conhecemos orçamento, e não debatemos orçamento, e nós precisamos a começar a fazer isso. É por isso que eu estou aqui, porque eu fiz isso comigo, e estou fazendo com um conjunto de amigos. Inclusive, estou tentando voltar com um projeto dentro da universidade, para que a gente possa discutir isso com todos. O que eu vi? No ano de 2024, o déficit do estado foi de R\$ 250 milhões, e 2025 será de R\$ 800 milhões. Mas que estado é esse? Todos os governadores do Brasil, a começar pelo nosso, e a terminar pelo de Minas Gerais, dizem o seguinte: "este Governo Federal gasta mais do que arrecada", mas, e eles?

Como é que é com eles? Com eles é a mesma coisa, e talvez pior... Então, foi essa questão que eu discuti no artigo, dizendo para a população o seguinte: "nossa governador acabou de renunciar à receita para beneficiar o agronegócio". Naquela fase difícil, quando o preço dos alimentos estava subindo muito, a população organizada e alguns sindicatos pediram para que ele cortasse os impostos sobre alimentos, pelo período de um ano ou dois anos. "De jeito nenhum! Eu não posso fazer isso, eu tenho que pensar no estado, eu tenho que pensar no mal que isso vai fazer ao estado!" Mas ele deu uma fortuna para o agronegócio, mesmo em um ano em que o estado já tinha duzentos e cinquenta milhões de déficit público! Essas são as questões que nós precisamos discutir. Foi proposto agora um corte de 25% em todas as secretarias. Aí eu pergunto: a agricultura e pecuária participam disso? Então, esse foi o meu artigo. Eu vim aqui hoje para dar uma contribuição curta, rápida, e agradeço o convite dizendo que eu estou sempre à disposição para essas rodas de conversa, mas desde que me preparem antes, não é Francisco? Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, professor Paulo.

Mesmo achando que está despreparado, já fez aqui provocações importantes para essa tarde. A próxima a falar é Andreia Ferreira, economista formada pelo UFMS, com pós-graduação em Planejamento Estratégico e em Gestão Pública. Atua como supervisora técnica no Dieese, com experiência em pesquisas socioeconômicas, análise de salários e preços, orçamentos públicos, e relatórios financeiros; também é assessora de negociação salariais, PLR — que eu não sei o que é, Andreia, mas depois você explica — e prepara estudos técnicos para audiências públicas e assembleias. Andreia, agora é com você.

SENHORA ANDREIA FERREIRA (economista da UFMS e supervisora técnica do Dieese) — Primeiramente boa tarde a todos e todas. Vou seguir a ordem alfabética, mas espero contemplar todo mundo. Agradeço mais uma vez à deputada pelo convite e pela oportunidade de apresentar esses dados. Não é sempre uma das missões mais fáceis, nessas horas eu até prefiro um historiador — se bem que o historiador, ultimamente, anda enfrentando dias complicados, as coisas estão meio esquisitas, difíceis —, mas para economista também nunca foi das mais simples, especialmente quando estamos falando de finanças públicas. Espero que todos consigam me ouvir bem. Vocês estão me vendo de máscara, então farei uma autodescrição rápida: sou uma mulher morena clara, de cabelos castanhos curtos, estou de vestido, uso óculos de grau com armação branca e um cordão de girassol. Estou usando máscara, e talvez por isso vocês estejam ouvindo minha voz um pouco diferente, pois tenho esclerose múltipla e preciso evitar gripes ou resfriados. Estou me recuperando de uma Covid-19 — não recomendo a ninguém, aliás —, e espero que sejam destinados mais recursos públicos para a saúde, porque a Covid-19 não acabou e há outras doenças surgindo. Este é um espaço não apenas para apresentar dados, mas também para cumprimentar aqueles que já conheço e com quem já trabalhei, e, sobretudo, para olharmos juntos o que está acontecendo com as finanças de Mato Grosso do Sul. Começo apresentando o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que este ano completa setenta anos. É uma instituição fundada e mantida até hoje pelos sindicatos de trabalhadores, e que representa todos nós com o nosso conhecimento técnico e com a vivência dos trabalhadores e técnicos do

Dieese. Nossa papel é apresentar esse olhar sobre temas como os números e o orçamento. Nestes setenta anos, teremos também celebrações em dezembro, e contamos com a parceria e o apoio de vocês para ajudar a sustentar o Dieese, mantendo essa instituição tão importante para o Estado Brasileiro e, especialmente, para seus trabalhadores. Então, sem mais delongas, vamos direto ao ponto. Aproveitarei, professor Paulo, o seu tempo, já que o Francisco... Ah, muito obrigada! Tudo é uma questão de matemática e cordialidade, não é mesmo? Vamos, então, começar a falar do discurso e da realidade das finanças públicas. Eu me concentrei — e aí entra o lado economista — em organizar alguns dados que deixarei à disposição, pois são muitas informações. Fiz um apanhado, porque, quando discutimos um orçamento público, mesmo que seja o orçamento da Casa — o que alguns gostam de comparar, ainda que não se aplique exatamente —, precisamos pensar no que entra de receita e em como essa receita é executada, ou seja, como se realiza por meio das despesas da administração pública. As receitas do Estado de Mato Grosso do Sul, assim como das outras unidades da federação, são compostas pelas transferências da União e pelos recursos públicos. Aqui temos uma série histórica das transferências da União, de 2007 até 2025, com valores nominais — os dados de 2025 foram atualizados até a data de hoje; a última coleta foi feita antes de eu vir para cá. Tivemos uma série de transferências para Mato Grosso do Sul e tivemos a chamada “cessão onerosa”, que aparece especialmente entre 2019 e 2022 — período da pandemia e do “pandemito”, se me permitem o trocadilho. Entre as principais transferências com as quais o Governo tem mais margem de manobra no orçamento estão o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundeb, sendo este último fundamental, por destinar recursos especificamente à educação, já que sabemos que a educação é o caminho para mudanças substanciais e para uma sociedade mais justa. Deixarei essa apresentação disponível, porque realmente há muitos dados. Temos, portanto, a parte dos tributos — aqueles arrecadados pela União e repassados aos estados. Ah, me perdoem, pulei um eslaide aqui! A segunda parte mostra os demais impostos, aqueles que compõem as receitas estaduais e que, ao longo dos anos, de 2007 para cá, tiveram crescimento consistente. Em 2025, por exemplo, os royalties foram fontes de recurso que começaram a ser destinados para Mato Grosso do Sul em 2016. Alguns outros estados já recebiam antes, pois têm petróleo e campos de exploração; não é o caso de Mato Grosso do Sul. Entretanto, houve uma política pública implementada em 2016 que beneficiou não só o nosso estado, mas também outros. Assim, seguimos observando os números. Ainda que não consigamos analisá-los detalhadamente aqui, gosto de destacar um ponto com relação à receita: a receita nunca será negativa — ela pode ser inferior à de anos anteriores, mas negativa, nunca. Como eu disse, as receitas do estado são compostas pelas transferências da União e pelos tributos próprios. Os dados do eslaide anterior foram obtidos nos sites de transferências constitucionais — mantidos pelo Governo Federal —, e estes foram obtidos dos sites da transparência estadual. Eu selecionei o período de 2010 a 2025, com valores de IRPF, IPVA, ITCD, ICMS e diversas taxas. Alguns desses impostos se mantêm estáveis ao longo dos anos; outros sofreram mudanças, sendo incorporados em categorias mais amplas, chamadas “taxas”. Observamos que, entre 2015 e 2016, a arrecadação girava em torno de R\$ 8 bilhões; a partir de 2017 e 2018, começou a crescer substancialmente, e seguiu em aumento até 2020. Eu gosto sempre de pontuar especialmente o ano de 2020, período em que estávamos em plena pandemia. Ainda que

o Brasil não tenha passado por um confinamento total — acho melhor do que dizer "lockdown" —, houve restrições importantes nas atividades e no trabalho das pessoas. Mesmo com todas essas dificuldades, inclusive com as dolorosas perdas humanas, que chegaram a setecentas mil mortes — acredito, ainda, que foram subnotificadas —, a arrecadação tributária continuou crescendo. Os dados apresentados de 2010 a 2025 consideram que 2025 ainda está em curso, então os números divulgados refletem a arrecadação até o dia 9 de outubro. Ainda há tempo para execução de mais programas de captação de recursos — acredito que esteja em andamento um novo programa, semelhante a um Refis, ou seja, um sistema de refinanciamento de débitos tributários junto ao Estado. Como disse, as finanças nunca são negativas; podem até ser inferiores, mas não negativas. E, no caso de Mato Grosso do Sul, o que temos visto é um crescimento contínuo, mesmo em períodos de crise econômica, como 2008 e 2016/2017. Os servidores públicos que estão aqui sabem o que aconteceu nesses anos com relação à previdência — há representantes de vocês presentes, inclusive. Mesmo com todos esses "asteriscos" no caminho, as receitas do estado continuaram aumentando. Os dados de 2025, ainda que parciais, já apontam esse crescimento. Além dos Portais da Transparência da União e do Estado — que existem por determinação legal, justamente para permitir o acompanhamento público das contas e do uso do dinheiro que, no fim das contas, é nosso —, há também o Comitê de Política Fazendária (Confaz). O Confaz é outro para análise das transferências, das receitas, da arrecadação dos tributos do estado. Todas as vinte e sete unidades da federação enviam seus dados para o Confaz, que faz a compilação e as comparações entre os estados. É, portanto, uma boa métrica para descobrirmos como estão as contas de cada estado. Fiz questão de destacar o trecho em que se lê: "Os dados de 2024 e 2025 serão disponibilizados em breve." Os meus superiores do setor público já estão habituados à minha postura: costumo informar que "não foi possível obter os dados", e, neste caso, encaminhei a eles exatamente as informações que estamos recebendo desde o dia 1º de janeiro. Desde então, permanecemos todo esse período sem atualização dos dados. Pensei: seria essa situação generalizada ou restrita ao Estado de Mato Grosso do Sul? E, ao buscarmos confirmação, verificamos que as informações disponíveis abrangem o período de 2015 a 2022. Esses dados, como mencionei, constam no gráfico extraído do site do Confaz, que disponibiliza as informações em formato de tabelas e gráficos, permitindo uma visualização mais clara. E, conforme já destaquei, os valores seguem uma tendência de crescimento constante — podem apresentar pequenas variações em relação ao ano anterior, mas, neste caso específico, isso não ocorreu, sobretudo no que se refere ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Portanto, até 2022, temos dados consolidados. A questão que se coloca é: onde estão as colunas de 2023, 2024 e, ainda que parcial, 2025? Chegamos, então, ao ponto principal. Este é o dado constante no site do Confaz, e fiz questão de verificar pessoalmente. Ao analisarem o material, poderão observar o horário do acesso e o registro da página capturada. Essas informações são publicadas dessa forma. As versões anteriores, que eu havia consultado até anteontem, indicavam que as informações de 2024 relativas a Mato Grosso do Sul estavam incompletas, sem constar no sistema. Contudo, hoje, finalmente, os dados foram incluídos — razão pela qual cheguei quase no horário limite. O senhor Francisco tentou entrar em contato comigo, mas não atendo ligações no trânsito. De todo modo, posso assegurar — e há testemunhas disso — que estava a

caminho justamente para trazer essas informações. De 2022 para 2023, houve um crescimento de 11,61% apenas nesses tributos, os tributos estaduais. Ou seja, mesmo considerando apenas essa parcela de receita, já se verifica um crescimento. E a comparação com 2024? Sim, esses dados já estão disponíveis. Conforme mencionei, foram atualizados hoje. O ponto é o seguinte: o Governo do Estado apresenta defasagem e desatualização das informações no site oficial da transparência estadual. Costumo dizer, em tom de crítica, que a transparência é tamanha que, talvez, o problema esteja na minha visão — e realmente precisarei de novos óculos. Pensei, então: o site da União não trará essas informações, pois se trata de um tributo estadual. O órgão responsável pelo contato entre União e estados é o Confaz — Conselho Nacional de Política Fazendária, que reúne as secretarias de Fazenda de todas as unidades da Federação. Com isso em mente, busquei um caminho alternativo para obter os dados do ICMS, que é um dos principais tributos do estado, seguido pelo IPVA. E, de fato, localizei no site do Confaz os registros completos de 2024, correspondentes ao ano inteiro. Na comparação entre 2023 e 2024, observa-se um crescimento de 22,86%. A tabela consultada tem o título: "Notas fiscais de saída mensal e anual por estados." Analisei tanto as notas fiscais de saída quanto as de entrada, que apresentaram os mesmos valores — o que sugere a necessidade de ajustes, possivelmente ainda em atualização pela equipe técnica do Confaz. O fato é que, de 2023 para 2024, houve um aumento de 22,86%. Isso indica que segue em expansão a emissão e a circulação de bens, serviços e mercadorias. E, se há mais notas emitidas, significa que esses valores deverão ingressar no caixa do Estado em algum momento, caso contrário — sobretudo tratando-se de registros de 2024 —, notas eventualmente canceladas já teriam sido excluídas, e eu não estaria consultando aqui. Mas continuo intrigada; com o quê? Com o ano de 2025, que é o ano em curso. Qual é o problema? Vocês estão vendo aí, do lado esquerdo da tela, a coluna de 2024 completa: R\$ 209.621.820,67, que foi o valor das notas fiscais emitidas naquele ano. Só que, quando eu vou para 2025, que está do lado direito, só aparecem janeiro e fevereiro. Aí eu pergunto para vocês: quando a gente faz uma compra em um estabelecimento, o lojista pergunta se queremos nota fiscal. A pessoa pode até recusar, não querer levar a nota — como vejo muitas vezes —, mas a nota é emitida de qualquer forma. Não há como uma pessoa jurídica regular, com estabelecimento formalizado, deixar de emitir nota fiscal. Até porque, se não emitir, é um delito, uma prática — vou usar um termo simples e peço desculpas aos advogados —, criminosa: deixar de emitir nota fiscal. Depois, você me diz o nome técnico, chefe. Então, não faz sentido haver tanta emissão de nota e, mesmo assim, o sistema mostrar dados apenas até fevereiro. Nós temos um sistema eletrônico de emissão de notas fiscais que se conecta diretamente às bases de dados do Governo estadual, então é estranho que os dados parem ali. Estamos em 9 de outubro, e os dados deveriam ser divulgados a cada decêndio — ou seja, a cada dez dias. Se estivéssemos com dados até as duas primeiras semanas de setembro, tudo bem, faltaria apenas uma semana ou dez dias para encerrar o mês; pode haver atraso, queda de energia, problemas técnicos, e isso acontece nas melhores famílias. Mas, só tem dados de janeiro e fevereiro?... E vamos para o próximo ponto. Como comentei na nossa participação aqui na Casa, no sistema de imprensa, quando pensamos em orçamento público, é fundamental a participação popular, porque as pessoas têm o direito de acompanhar e entender o que está sendo feito com o dinheiro público. Uma crítica comum

que ouvimos no dia a dia é: “Pagamos muito imposto e não vemos o retorno”. Temos uma lei que foi promulgada no ano de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, criada justamente para tentar assegurar que a máquina pública se mantenha em funcionamento. A gente precisa dos servidores públicos, e é fundamental que eles sejam valorizados, bem remunerados e bem tratados, no sentido das relações sociais e pessoais, para que possam desempenhar adequadamente suas funções. O servidor público é a representação do Estado em ação — o Estado se manifesta por meio de cada servidor; e o mesmo ocorre nas empresas. Mas, no caso das contas públicas, existem limites a serem observados. A lei estabelece o seguinte: o Poder Executivo pode gastar, no máximo, 49% da receita com pessoal. Mais do que isso, não é permitido. Ah, mas aconteceu alguma situação que exigiu mais gastos? Por exemplo, durante a pandemia, foi necessário realizar uma série de contratações emergenciais na área da saúde — mas isso foi uma exceção, devidamente justificável. O normal é que se trabalhe dentro de 44,10% do orçamento, que representa uma situação de alerta: “estou gastando, mas é preciso ter um pouco de cautela”. O limite de prudência é 46,55%, e o teto máximo, de 49%, não pode ser ultrapassado. Se o Estado ou o ente federativo ultrapassar esse limite, ele é considerado como tendo estourado seu teto de gastos. Esses 49% da receita são destinados ao Poder Executivo. O Legislativo tem limite de 1,68%; o Tribunal de Contas de 1,32%; o Judiciário de 6%, e o Ministério Público de 2%. Para efeitos legais, o Legislativo é considerado com percentuais específicos definidos na lei, mas aqui no estado, os Poderes são desagregados, por isso a gente tem cada um desses Poderes com seu percentual específico. Quando eu junto todos os Poderes, o máximo que posso gastar da receita com pessoal é 60%. O prudencial é 57% e o de alerta é 54%. “Nossa, mas por que você está falando agora de limite de gasto? A gente estava falando da receita.” Porque eu tenho que pensar em como vou executar, e tenho que pensar especialmente no que vou gastar, para poder manter a máquina pública funcionando, para que o Estado chegue lá na ponta — nas pessoas, nos municípios, no dia a dia. Então, para a gente analisar isso, a conta que é feita considera a Receita Corrente Líquida (RCL) — porque ela tem alguns descontos, alguns elementos que não podem ser considerados como receita — e a despesa total de pessoal. Vocês viram no quadro anterior que tem o consolidado — que são todos os Poderes — e depois tem cada poder: Executivo, Judiciário, Legislativo e assim sucessivamente. Então, aqui temos uma série de dez anos, de 2015 a 2025. Os dados de 2025 consideram até o segundo quadrimestre. E aí, mais uma pausa: o Relatório de Gestão Fiscal, que é o documento legal instruído e disciplinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tem dois relatórios para acompanhamento das contas. Eu montei o orçamento e tenho que acompanhar a execução desse orçamento. Um relatório se chama REO — Relatório Resumido de Execução Orçamentária —, e ele é publicado a cada dois meses. Então, são seis relatórios por ano. E temos esse relatório de Gestão Fiscal, que serve justamente para acompanhar a questão do comprometimento das receitas com o funcionamento do Estado, especialmente na parte que mais nos interessa: a dos servidores públicos. Nos dados de 2025, as despesas de pessoal que estão relacionadas aqui, que somam R\$ 12 bilhões — já vou explicar de onde tirei esse número —, foram resultado de uma simulação. De 2015 a 2024, esses dados são consolidados, é o que foi publicado, o que fechou o ano — é desse jeito. Mas, como eu disse, o ano de 2025 ainda está em execução. Então, só vou descobrir como foi o gasto — todas as receitas e gastos

do Estado — no começo do ano que vem. “Mas, olha, eu preciso saber agora! Eu tenho que saber quanto está sendo gasto”. E o Governo do Estado publicou somente o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo. Vocês se lembram daquela tabelinha que eu coloquei — Judiciário, Legislativo, MP? Os outros Poderes ainda não publicaram esses relatórios, pelo menos eu não localizei no site deles. Só tenho o do primeiro quadrimestre. Se eu tenho a informação do segundo, que é a mais recente, é a que eu quero usar. A Receita Corrente Líquida é de vinte e um bilhões de reais — essa Receita Corrente Líquida está certa, é isso mesmo no segundo quadrimestre. Só que a despesa total de pessoal eu só tinha do Poder Executivo. Então, o que eu fiz? Considerei, num exercício simples, a despesa total de pessoal de todos os Poderes — do ano passado —, que foi de pouco mais de R\$ 10,915 bilhões, e acrecentei 10%. Tivemos um reajuste para os servidores, este ano, de 5,06%, e os outros Poderes tiveram seus reajustes de formas diferentes. Então, só para efeito de exercício, estipulamos 10%. Tudo isso custaria 10% a mais para o Governo do Estado. Então, se fosse hoje, se esse fosse o resultado final, a relação entre a despesa e a receita seria de 56%. Lembram que o limite máximo é 60%? Então, isso significaria uma pequena margem de 0,46%, porque, se aumentasse esse orçamento em R\$ 54.969.902,96, ainda assim estaria certo, pois o Governo estaria cumprindo os dispositivos legais e não teria implicação nenhuma. Isso representa a receita total do estado — todas as receitas e todos os gastos com servidores de todos os Poderes. Mas, e se fosse só do Poder Executivo? Eu fiz questão de trazer esse dado, sabendo que teríamos aqui os servidores públicos que nos acompanham, além dos telespectadores que assistem pelos canais da Assembleia Legislativa. Toda vez que alguém vai a um posto de saúde, chama o Samu ou aciona a polícia e, de repente, não é atendido, não é porque o servidor não quer trabalhar; é porque, muitas vezes, ele não tem condições de fazê-lo. Essas condições de trabalho também passam pelo salário, porque eu posso amar ser economista, mas se eu for pagar uma conta de energia com amor, não vai dar certo. Precisamos de dinheiro. E eu trouxe esse dado exatamente por isso. Entre 2015 e 2016, havia margem financeira para valorização dos servidores públicos estaduais. De 2017 a 2019, essa margem praticamente desapareceu, considerando o limite prudencial. Se considerássemos o limite de alerta, ainda haveria algum espaço, mas, pela prudência, o Governo optou por não avançar. E, como diz o ditado — que eu vivo trocando —: “prudência e canja de galinha não fazem mal a ninguém”. De 2020 até 2024... Faço questão de destacar especialmente o intervalo de 2020 a 2022, porque, mesmo em plena pandemia — com todas as dificuldades para geração de receita, tanto em nível federal quanto estadual —, ainda assim havia margem para valorização salarial. O Governo do Estado sempre enfatiza o discurso da responsabilidade na administração das contas públicas — e, de fato, há responsabilidade —, porém isso teve um custo, e esse custo recaiu sobre os servidores. E, se o servidor sofre, a população também sofre. Por quê? Porque, se o servidor público não é adequadamente remunerado, se não tem condições adequadas de trabalho, ele inevitavelmente vai buscar outras oportunidades. E é isso o que temos visto: servidores migrando para outras áreas ou estados, e um número cada vez menor de pessoas interessadas em ingressar no serviço público. Essa redução no quadro funcional impacta diretamente o dia a dia da população: quando falta atendimento no posto de saúde, quando demora o socorro policial, quando não há agente do Detran para organizar o trânsito. Aliás, por favor, gente, deem seta! As

pessoas não são adivinhas — e podem acreditar, não vai acabar o combustível do carro só porque usaram a seta. Voltando ao tema: o Governo teve, sim, responsabilidade fiscal e conseguiu manter as contas equilibradas, mas isso teve um preço. O impacto foi sentido primeiro pelo servidor público e, em seguida, pela população como um todo. Estou preocupada com o tempo — acho que já estourei o meu limite, mesmo pegando o tempo do professor Paulo —, mas acredito que vocês terão paciência comigo. O que eu quis mostrar é como nós, servidores — e eu me incluo nisso, porque acompanho e atendo diversas categorias —, conseguimos manter o funcionamento do estado, mesmo diante de todas as restrições. E aquele resultado positivo nos relatórios de gestão fiscal representaram, de 2016 até 2025, uma perda para os servidores de aproximadamente 25% do salário. Se a gente pensar, de forma arredondada, a cada mil reais, duzentos e cinquenta reais foram embora. Agora eu pergunto a vocês: quem consegue viver assim? Vocês vão chegar no amor para pagar a conta de energia elétrica, a conta de água, o supermercado? Conversar com você, brincar com você — vocês acham que isso vai resolver? Não vai. Bom, eu falei de receita, de forma simplificada, falei das despesas da maneira mais objetiva possível, porque considerei exatamente só as despesas de pessoal. Quando se pensa em ajuste das contas públicas, em todo momento que se fala sobre isso, surge o discurso do “tamanho do estado”. Só que, olhem, não é possível ter um Estado mínimo fazendo o máximo, porque, afinal de contas, é trabalho, não é caridade. Então, vejam: se eu tenho receita e tenho despesas, e se minhas receitas são insuficientes para cobrir essas despesas, isso, em tese, está gerando uma dívida. E aí vem a pergunta: qual é o tamanho dessa dívida? É possível descobrir isso? É, sim. Há um relatório — o Relatório de Gestão Fiscal, previsto no artigo 48, anexo VI da Lei de Responsabilidade Fiscal —, que traz lá qual é a receita líquida, a receita corrente líquida, com um cálculo para fins de endividamento e outro para despesas de pessoal (que, como sempre, é menor, para variar). Assim como nas contas públicas nacionais, as grandes contas do Estado sempre destinam mais recursos ao pagamento de dívidas do que ao pagamento daqueles que ajudam a dívida a ser paga. Nesse relatório, há o registro da dívida líquida consolidada e também das garantias de valores — ou seja, valores que são dados em garantia para cobrir essas despesas e, eventualmente, para viabilizar operações de crédito, sejam internas ou externas, por meio de financiamentos e captação de recursos, inclusive de fontes estrangeiras. Essa lei estabelece limites claros: há limite de endividamento e há limite de quanto o Estado pode comprometer ou oferecer em garantias para o pagamento dessas contas. E olhem só: a dívida consolidada, considerando todas as dívidas de todos os Poderes e órgãos, está, no segundo quadrimestre, em 21,86% da Receita Corrente Líquida Ajustada. Ou seja, de tudo que o Estado arrecada, aproximadamente 22% é destinado ao pagamento da dívida. Não foi apresentado aqui nenhum valor total de garantias dadas pelo Governo do Estado — não estou dizendo que não foram feitas, mas que não estão lançadas nem disponíveis para consulta. No relatório, consta apenas o “limite máximo”, que é de 22%, mas não há detalhamento do valor efetivo, tampouco explicitação das garantias concedidas. Com relação às operações de crédito, a lei permite o máximo de 7% da Receita Corrente Líquida Ajustada. As operações de crédito internas e externas divulgadas pelo Governo do Estado estão em 1,47%, o que mostra que a dívida está sob controle e as operações de crédito também estão dentro dos limites legais. E é justamente aí que precisamos nos perguntar...

Achei muito oportuno o tema deste seminário e aproveito para agradecer o espaço e a paciência do professor Paulo, pela doação do tempo e pelas contribuições. Foi realmente um debate muito necessário e, especialmente, muito oportuno, porque, ao mesmo tempo em que ouvimos e assistimos a um discurso de contenção, redução e retração na execução do orçamento público, por outro lado, também ouvimos outro discurso, de que "estamos captando investimentos, novas empresas e até inaugurando rota da celulose, rota da carne, Rota Bioceânica..." E aí vai ter recursos estrangeiros, porque não é todo mundo que opera com o real, é só o Brasil. Então, qual discurso está valendo? Para mim, como economista e pesquisadora, o discurso que vai valer é o que está consignado em algum documento oficial, pelo qual as pessoas vão ter que prestar contas. Ontem, um querido jornalista me fez uma pergunta, e eu não pude responder, porque eu estava justamente revendo essa apresentação, e tive que refazer várias coisas de ontem para hoje. Ontem, foi disponibilizada uma carta de conjuntura, publicada pela Semadesc — um órgão do Governo —, falando sobre o mês de setembro de 2025, sobre a variação do dólar, enfim; mas o ponto que chamou a atenção, e foi divulgado na imprensa, era o saldo da balança comercial, que é a diferença entre o que a gente exporta e o que a gente importa. Então, quando a gente considera esses dois movimentos de exportação e importação, o saldo acumulado da balança comercial de 2025 — até setembro deste ano — é de US\$ 6,34 bilhões, 10,84% superior ao de 2024. Não está escrito, mas estou imaginando que é o período comparado. Então, se no período comparado eu tive um crescimento de 10% no saldo da balança comercial, que é cotado em dólar — e eu tenho que fazer a conversão para o real, porque é o que a gente usa aqui — então, realmente, o discurso depende de quem é o ouvinte. Então, dependendo de quem é o meu ouvinte, o meu discurso vai ser um ou vai ser outro. A gente tem a realidade dos dados, e os dados estão mostrando que, sim, estamos com as finanças indo muito bem. Esse segundo quadrimestre teve realmente um aumento da despesa de pessoal em relação à receita? Teve. Mas, ainda assim, está sob controle, porque ficou abaixo do limite prudencial. Ainda que crescesse até o limite máximo, estaria tranquilo, porque a lei fala o seguinte: "Olha, se você ultrapassou o limite prudencial, você tem que adotar uma série de medidas para esse limite ficar dentro dessa faixa". Os dados estão apontando realmente uma diferença entre o discurso e a prática, mas a leitura geral é que, sim, as contas estão indo muito bem. Podem melhorar, especialmente se a gente conseguir acompanhar os dados em tempo real, e não dados de fevereiro de 2025. É isso. Muito obrigada pela paciência. Estou à disposição para o debate.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Andreia. Andreia está otimista aqui com a gente, traz dados que deixam a gente feliz, mas faltam dados, não é? O próximo inscrito que vai falar é o doutor Juliano. Será participação virtual, mas temos um probleminha técnico ali que eles estão acertando. Então, até que eles resolvam, eu queria fazer uma pergunta para você, Andreia. Você falou de dados que ainda não foram publicados, e eu sei que você acompanha essas publicações há muitos anos — pelo menos há uma década, pelo que você mostrou ali. É comum não publicar isso, ou é algo realmente novo este ano? Chamou a minha atenção a omissão dos dados que você apresentou.

SENHORA ANDREIA FERREIRA (economista da UFMS e Supervisora

Técnica do Dieese) — Eu achei curioso, porque estudo isso há mais de dez anos — faz treze anos que estou no Dieese —; há treze anos acompanho e estou montando esse histórico, na verdade, desde o começo dos anos 2000, para a gente conseguir ter essa leitura melhor, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o nosso melhor parâmetro e que ainda está vigente. Uma coisa que percebi na mudança de governo, de gestor — porque o partido é o mesmo —, é que alguns dados que não eram anteriormente publicados passaram a ser. Um dado que a gente não tinha informação no governo anterior era o do volume de renúncias fiscais e isenções concedidas. Tanto que a série que está disponível para consulta agora é de 2018 a 2024. Então, estou rodando esses dados ainda para poder passar essa informação qualificada para vocês. Como eu disse, tem a questão dos benefícios, das isenções, das desonerações que são concedidas e têm suas contrapartidas, e alguns estabelecimentos que foram contemplados não têm contrapartida. E eu quero saber por que não teve e que medida foi essa. Então, estou estudando essa parte, porque aí entra a parte do “juridiquês”, do Direito Tributário. Atrasos são normais, acontecem, e eu vou dar um exemplo. Quem estiver acompanhando pode verificar no site da Superintendência de Contabilidade Geral do Estado (SCGE), a antiga Auditoria-Geral do Estado. Acontece de algo ser publicado e depois ter uma republicação, porque descobriram um erro, uma vírgula, um número fora do eixo, e lá eles republicam. Então, tudo bem, faz parte do jogo. Mas, especialmente neste ano, tem sido estranho a gente não ter dados da questão tributária, dos tributos do Estado. Os dados das transferências da União a gente tem como acessar, mas, os dados da arrecadação tributária, não. E aí fica complicado a gente ler uma carta de conjuntura falando de um saldo positivo da balança comercial, e eu ficar pensando que alguma medida vai ter algum imposto que apareça por lá, mas eu não tenho informação de quanto dessa balança comercial chegou aos cofres públicos. Essa informação está defasada. Não é incomum, acontece, mas especialmente neste último ano tem sido um pouco delicada essa questão de falta de acesso à informação.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — OK. Vocês estão vendo o doutor Juliano aí? Doutor Juliano, prazer tê-lo aqui com a gente. O doutor Juliano deveria estar aqui presencialmente, mas teve um contratempo de voo; ele tentou chegar, mas não conseguiu. Doutor Juliano, agradecemos a sua participação on-line e deixamos o convite para que em um próximo momento o senhor possa estar presente conosco. O doutor Juliano é doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp e membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em História e Economia. É autor do livro Política Fiscal e Desoneração Tributária no Brasil, e tem experiência na área de Economia, com ênfase em finanças públicas, política fiscal, desenvolvimento econômico e economia regional. Antes de passar para o doutor Juliano, quero só registrar aqui a presença do Diego Mariano, assessor parlamentar do vereador Jean Ferreira, aqui do município de Campo Grande. Obrigada, Diego. Agora é com o senhor, doutor Juliano.

SENHOR JULIANO GIASSI GOULARTI — Olá. Quero cumprimentar a deputada Gleice Jane, a Andreia e o professor Paulo. Lamento por não estar neste momento em Mato Grosso do Sul; houve um problema na conexão em Florianópolis e, chegando em

São Paulo, o tempo foi muito curto. Mas estamos por aqui mesmo, on-line. Minha apresentação vai ser um pouco diferente, vai ser um pouco mais teórica e estrutural. Eu preparei uma apresentação — não sei se é possível colocá-la —, em três etapas: uma parte teórica e estrutural, uma parte sobre o que vem acontecendo no período com relação ao trabalho e ao capital, e uma parte um pouco mais conjuntural, que é definida por relações políticas de poder. E aí, isso também envolve um pouco as isenções tributárias, mas amplia esse leque e fala um pouco sobre a dívida ativa, que é aquela dívida que as empresas têm com o Estado e que, por um motivo ou outro, não recolhem. O que eu quero pontuar aqui no primeiro eslaide é “O fundo público como um palco de luta de classes: como estão as finanças do Estado de Mato Grosso do Sul nessa perspectiva?”. Por que “luta de classes”? Se você tem uma filiação mais teórica e marxista, você trabalha com essa categoria — luta de classes —, e eu vou explicar mais à frente. Se você tem uma perspectiva mais liberal, de Smith e dos grandes clássicos da economia, você tem uma visão de alocação de recursos para corrigir falhas de mercado. Se você tem uma filiação mais keynesiana, você trabalha o orçamento público como uma questão distributiva. Mas qual é o ponto importante aqui? O recurso é um conjunto de tributos, contribuições e taxas que o Estado arrecada e, depois, com uma finalidade, faz sua distribuição. Ele tem a receita e, depois, a despesa. Só que, nessa relação entre receita e despesa, nós temos que entender um ponto central, trabalhando com essas três categorias: a marxista, a liberal e a keynesiana. Essa disputa pelo fundo público, pelo orçamento, se dá através de uma luta de classes: entre quem vai pagar mais impostos, quem vai pagar menos impostos, quem vai se apropriar mais dos impostos e quem vai se apropriar menos dos impostos. O que eu quero dizer nessa perspectiva? A gente sempre ouve a narrativa de que o imposto é muito alto no Brasil, que se paga muito imposto, que o imposto é mal aplicado, que o imposto é derivado da corrupção. Mas a pergunta que a gente tem que fazer não é essa. Essa não é a pergunta essencial. As perguntas essenciais são aquelas quatro que eu comentei: Quem paga mais impostos no Brasil? É a classe trabalhadora, porque os impostos no Brasil são regressivos — quem ganha menos paga mais. Quem paga menos impostos no Brasil? É a classe empresarial, a burguesia, porque, como o sistema tributário é regressivo, quem ganha menos paga mais e quem ganha mais paga menos. Então, já temos aqui um conflito distributivo, uma luta de classes entre duas frações: burguesia e o trabalho. E agora: quem se apropria mais dos impostos, que é o orçamento público? Pegando uma estratificação, vemos que quem está se apropriando mais dos impostos é a própria burguesia, e quem se apropria menos é o trabalho. Então, aqui se dá o conflito — uma luta de classes entre essas duas categorias —, e quem se apropria menos são os trabalhadores. Essas quatro perguntas vêm antes de discutir se o tributo é alto ou não no Brasil, porque a gente ouve muito que se paga muitos impostos. Mas quem paga mais impostos é a classe trabalhadora, e quem paga menos impostos é a burguesia. Quem se apropria mais dos impostos é a burguesia — justamente aquela que menos paga —, e quem se apropria menos dos impostos são os trabalhadores — justamente aqueles que mais pagam. Então, temos aqui uma centralidade: uma luta de classes entre a reprodução do capital e as conquistas sociais. E, nessa perspectiva, dentro dessa narrativa de que se paga muitos impostos no Brasil, temos uma grande ilusão, porque ninguém gosta de pagar impostos, já que isso foi canalizado como um ato negativo, como algo ruim. Então, eu fiz uma metáfora para essa

apresentação. Peguei uma semana, sete dias. Na segunda-feira, ninguém mais vai pagar imposto. Ninguém mais paga: o trabalhador não paga mais, a burguesia não paga mais. Há uma euforia geral. A renda do trabalho aumenta, porque não há mais imposto; a renda do capital aumenta, porque não há mais impostos; e há uma sensação de liberdade entre ambas as classes. Na terça-feira, o que acontece? Tem um silêncio do Estado. O fim do pagamento das estatais: não se presta mais serviços, não se paga mais servidores, não se paga mais o policial militar, não se paga mais o professor, não se paga mais o enfermeiro, não se paga mais o médico, não se paga mais o motorista. Por quê? Porque é o imposto que permite pagar o conjunto de servidores públicos, seja federal, estadual ou municipal. O que acontece na quarta-feira? Na quarta-feira começa um colapso, porque as escolas são fechadas, os batalhões militares são fechados, os hospitais são fechados, as rodovias carecem de manutenção. Começa a faltar insumo, começa a faltar esparadrapo, band-aid, gazes nos hospitais; começa a faltar mesa, cadeira, começa a faltar giz, começa a faltar nas escolas, começa a faltar outros tipos de mantimentos. Então há um colapso. Por quê? Porque é o imposto que permite comprar gazes, comprar material de expediente, comprar carteira dos alunos, comprar o automóvel, a ambulância, comprar o carro da Polícia Militar. Não se tem mais esse serviço. Na quinta-feira há uma paralisia da infraestrutura, porque o Estado não paga mais fornecedor, não paga mais a motoniveladora que comprou para fazer a rodovia, não paga mais a patrula, não paga mais o caminhão. As obras param, não tem mais construção de ponte, de rodovias, de portos, de aeroportos. A infraestrutura básica, social — água e energia — começa a falhar. O comércio começa a se estrangular. Por quê? Porque a iniciativa privada presta um conjunto de serviços para o Estado, o Estado terceiriza, e esse pagamento para a iniciativa privada é feito através de impostos. Então, aquela euforia inicial, aquela utopia da segunda-feira, começa a ter consequências na terça, na quarta e na quinta. O que acontece na sexta-feira? Fim da confiança. O Governo dá um calote na dívida pública, não paga mais a dívida pública. A Faria Lima, a avenida Paulista, entram em parafuso. Por quê? Porque não recebem mais os títulos que compraram, o Estado não paga mais, há uma quebra de confiança dos investidores. Então, a euforia começa a virar um pânico, aquela mania vira um grande "crash". No sábado, o que acontece? Um caos, uma desordem social generalizada. O sistema de mercado acaba falindo, acaba tendo o fim do capitalismo, há um colapso de todo pilar estrutural de uma ordem social que o capitalismo tem, que é através dos impostos. Então, o que a gente percebe é que os impostos são essenciais para manter uma ordem social, para manter os serviços públicos, para manter minimamente os padrões de qualidade, porque são os impostos que permitem fazer isso. Mas a questão que nós temos que fazer é a forma como os impostos são arrecadados e a forma como eles são distribuídos. Eles são arrecadados de forma regressiva, onde a classe trabalhadora paga mais, e são distribuídos de forma não equitativa e não justa, onde uma classe privilegiada — seja a burguesia industrial, seja a burguesia agrária, seja a burguesia comercial — se apropria mais desses impostos. Por isso o imposto é uma luta de classes entre as frações trabalho e capital. Então, ele não é muito alto. Ele é alto pra quem? E quem se apropria dele? Essa é uma questão que a gente tem que entender antes de ter essa dicotomia de que se pagam muitos impostos no Brasil. Essa questão é central. Não se trata apenas do tamanho do imposto, mas de quem vai pagar ele. Quem não vai pagar ele? Quem vai se apropriar? A gente vai ver lá na frente que a fração

de classe burguesa deixa de pagar imposto através de incentivos fiscais, através de dívida ativa, através de sonegação, através de um conjunto de mecanismos dos quais o trabalhador não tem como se valer, não tem esse subterfúgio, não tem como fazer essas questões. Então, a questão central se dá entre apropriação e distribuição da carga tributária: onde ela recai mais, onde ela recai menos, quem se apropria mais e quem se apropria menos. Essa é a centralidade do debate na questão das finanças públicas, não só no Estado de Mato Grosso do Sul, não só no Estado de São Paulo, não só no Estado de Minas Gerais, mas na totalidade do território nacional. Nós estamos diante de uma luta de classes. A gente viu, ontem, que o Congresso Nacional não permitiu tributar as bets, bancos, casas de apostas, porque são bem estruturados, bem organizados. E, do outro lado, a gente viu o trabalho hercúleo do Governo para tentar isentar quem ganha até cinco mil reais. Foi muito difícil conseguir. Por quê? Porque há muita luta de classes, muita disputa. E o que acontece? A fração de classe burguesa acaba hegemonizando seu pensamento, hegemonizando sua ideologia e faz com que o tributo se torne uma narrativa negativa — de que ele é alto, de que é um ato ruim. Mas, dentro do contexto político, é preciso entender quem ganhou mais e quem ganhou menos nessa questão. É isso que a gente tem que entender. Nesse campo de disputa entre demandas opostas, a gente vê que o fundo público, ou orçamento público, também é uma contradição social. É uma contradição porque, ao mesmo tempo em que o orçamento público — esse palco de luta de classes — faz política social, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), as políticas de aumento do salário mínimo, a previdência e a assistência social, ele também faz subsídios, concede isenções e promove apropriação privada. Então, nessa luta de classes em torno do fundo público, existe essa contradição: ao mesmo tempo em que ele fomenta a demanda do capital, também fomenta a previdência e a assistência social. Mas a questão é a seguinte: se pegarmos o orçamento público federal, por exemplo, e observarmos a repartição dessa receita, veremos que o serviço da dívida pública — os juros apropriados pelo grande capital — consome 8% do PIB. Em contrapartida, o BPC ou o Bolsa Família consomem 0,5% do PIB. Vejam o efeito multiplicador que tem o Bolsa Família no conjunto da coletividade do povo brasileiro, e o efeito quase nulo de pagar juros da dívida. Você paga quase 8% do PIB para cerca de cinco mil famílias, enquanto o benefício do Bolsa Família alcança o conjunto de onze, doze ou treze milhões de famílias. Então, a luta de classes está aí: quem está se apropriando disso? É isso que precisamos entender — essa perspectiva, essa contradição, esse mecanismo que não está em dizer que o imposto é alto, mas sim em compreender quem está pagando, quem está se apropriando, quem não está contribuindo e quem está deixando de contribuir. Essa é a essência do capitalismo: a sua contradição. O fundo público — seja o orçamento de Mato Grosso, Paraná ou Santa Catarina — faz política social, mas também faz política social burguesa. Essa contradição está presente na forma como ocorre a apropriação do fundo público. Nessa perspectiva, o fundo público é ativado para transferir recursos do trabalho para o capital, na forma como os impostos são arrecadados no Brasil — de forma regressiva. A luta de classes se torna mais visível no pagamento de juros, nos incentivos fiscais e nos juros da dívida dos altos rendimentos. Porque o que acontece nessa contradição é a transferência de recursos: o trabalho paga grande parte do que se arrecada no Brasil. Mas, se a gente comparar, por exemplo, com a Europa — e há essa mania de achar que “lá é melhor, nos Estados Unidos

é melhor, na Alemanha é melhor, na Itália é melhor" —, o que a gente não pode comparar é o sistema tributário deles, que é progressivo: quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos. Lá, se tributa heranças, se tributa patrimônio, se tributa renda; no Brasil, muito pouco. Por exemplo, em Mato Grosso — e isso vale também para Mato Grosso do Sul e para os grandes estados do Centro-Oeste — paga-se pouco sobre a terra, o tributo sobre a terra praticamente não é cobrado; paga-se muito pouco sobre insumos agropecuários e sobre aquisições de maquinário. Então, o que acontece é que essas frações de classe vão se apropriando cada vez mais. E o ICMS que o Estado de Mato Grosso paga é um tributo regressivo, porque, se a gente pegar, por exemplo, a cesta básica — vamos isentar o arroz da cesta básica, a tributação, de 17%, vai ser 7% —, esses 7% vão ser os mesmos para quem ganha um salário mínimo e para quem ganha vinte salários mínimos. Então, 7% para quem ganha um salário mínimo é infinitamente mais pesado do que 7% para quem ganha vinte salários mínimos. Assim, o tributo sobre a cesta básica de alimentos também é regressivo; à mesma medida que beneficia quem não tem renda, também beneficia quem tem altas rendas. Então, a gente vai vendo essas desigualdades. E, nessa primeira parte, para fechá-la, a gente vê que, no Brasil, no período de 1988 até 2023 — 1988 por causa da nossa Constituição —, nessa correlação de forças entre capital e trabalho, houve alguns períodos mais favoráveis ao trabalho e outros mais favoráveis ao capital. Se nós pegarmos o período de 1988, quando foi promulgada a nossa Constituição, os direitos trabalhistas estavam mais em alta, assim como a perspectiva do Estado sobre o bem-estar social. Depois, numa perspectiva mais à frente, de 1990 a 2002, o cenário foi mais favorável ao capital. Já de 2003 a 2010, mais favorável ao trabalho. Então, a gente vê que, nessa perspectiva de luta de classes, houve períodos mais favoráveis ao trabalho e outros mais favoráveis ao capital. Por exemplo, de 2016 até 2022, nós tivemos a emenda constitucional do teto dos gastos. O que foi isso? Foi o grande ajuste fiscal. E o que vimos no ajuste fiscal — por exemplo, o que Mato Grosso do Sul está fazendo agora, ou com esse ajuste fiscal que foi feito na Emenda Constitucional de 1995 — é que ele incide sobre despesas básicas, sobre despesas primárias, sobre despesas com políticas sociais, com assistência social, com o conjunto dessas áreas. Esse ajuste fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul, assim como o da Emenda Constitucional de 1995, não incide sobre isenções tributárias nem sobre grandes rendas; ele recai sobre o lado mais frágil, que é o do trabalho e das políticas sociais. Assim, esse ajuste fiscal que Mato Grosso do Sul tem feito penaliza o conjunto dos servidores públicos e o conjunto das políticas públicas destinadas àqueles que mais precisam do Estado. Esse é o ponto que a gente tem que observar: esse ajuste fiscal, publicado em decreto, assim como o ajuste da Emenda Constitucional de 1995, penalizou os mais pobres, que são justamente aqueles que mais pagam impostos. Isso fragilizou essa parcela da população. Nessa perspectiva, a gente vê, abrindo uma segunda parte — uma parte mais teórica, para entrar na terceira parte, que envolve especificamente o Estado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Professor?

SENHOR JULIANO GIASSI GOULARTI (doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp) — É um pouco do que a Marilena Chauí fala.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Professor Juliano?

SENHOR JULIANO GIASSI GOULARTI (doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp) — Nós vimos que, nesse contexto de luta de classes, a classe trabalhadora, hoje, tem dificuldade de se enxergar como classe trabalhadora, de se mobilizar pelos seus interesses coletivos, de se organizar socialmente, de buscar uma maior fatia do orçamento público, de pagar menos e se apropriar mais. Muitos, com esse processo de MEI, de uberização, esses trabalhadores — que são justamente os que mais pagam impostos —, com essa dificuldade de se verem como trabalhadores, acabam não fazendo a luta de classes. E, nessa perspectiva, quem vai se apropriando do orçamento público são as bets, os grandes bancos, as fintechs. Elas vão se apropriando cada vez mais do fundo público, do orçamento público, porque são muito bem organizadas, muito bem estruturadas, muito bem coesas. E, de outra ponta, o trabalho, a organização social, a organização sindical, o movimento sindical, então, esse discurso neoliberal vai precarizando o trabalho. Esse discurso do empreendedor como solução para o desemprego, sem direitos trabalhistas e sem garantias sociais, vai fragilizando a luta política, vai fragilizando a classe trabalhadora. Em contrapartida, diante dessa fragilização e dessa fragmentação, a outra classe vai se apropriando cada vez mais do fundo público, do orçamento público. Assim, ocorre um processo de precarização das políticas sociais como um todo. Por exemplo, o ajuste fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul é um reflexo dessa fragmentação que vem se estabelecendo. A Marilena Chauí argumenta que essa ideologia da autonomia, essa falácia do empreendedorismo e essa fragmentação social resultam na dificuldade da classe trabalhadora em se reconhecer como tal e em enfrentar as desigualdades históricas e estruturais. Essa dificuldade leva a uma desorganização social, que acaba não se consolidando nem se unindo na luta política e na defesa da apropriação justa do fundo público. É esse o ponto que devemos observar. Respeitando o meu tempo aqui, passo à terceira parte, que é um estudo de caso sobre Mato Grosso do Sul. Realizei um trabalho extenso, ao longo de quatro anos: dois anos estudando a renúncia de receita dos estados brasileiros — incluindo Mato Grosso do Sul — e dois anos analisando a dívida ativa, que corresponde aos tributos que as empresas têm a obrigação de recolher ao Estado, geralmente até o dia 10 de cada mês. O que acontece é que muitos empresários realizam planejamentos tributários e acabam não recolhendo a totalidade do tributo, recolhendo apenas parcialmente ou um percentual reduzido, deixando para discutir posteriormente em programas de refinanciamento fiscal, como o Refis. O que precisamos compreender é que a renúncia fiscal de Estado de Mato Grosso do Sul, observada entre 2015 e o período mais recente, já soma quase R\$ 18 bilhões, um valor expressivo. Isso representa o montante que o capital deixou de pagar dentro dessa correlação de forças e da luta de classes. Mas sob qual justificativa o capital deixou de pagar esses impostos? A justificativa apresentada é a de gerar emprego, renda e promover o desenvolvimento econômico, social e regional do Estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, ao deixar de arrecadar sob esse argumento, o Estado abriu mão de recursos que poderiam ter sido canalizados para demandas de infraestrutura social básica e para o atendimento do conjunto da coletividade. Mas, ao correlacionarmos os dados macroeconômicos, por exemplo, de emprego, observamos que essa renúncia fiscal — que em 2023 totalizou R\$ 5,059 bilhões, o equivalente a 25% do

orçamento do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja arrecadação foi de cerca de R\$ 22 bilhões — não se converteu em geração de emprego, melhoria da renda ou desenvolvimento econômico, social e regional. Essas isenções fiscais não funcionam como um dispositivo automático de geração de emprego e renda, como um interruptor que, ao ser acionado, acende a luz na velocidade da luz. Não existe essa correlação imediata entre conceder uma isenção tributária em um mês e, no mês seguinte, gerar empregos, aumentar a renda ou promover o desenvolvimento econômico do estado. O que aconteceu foi o seguinte: dentro da lógica da luta de classes, a classe empresarial convenceu o Estado, por meio de seu comitê executivo, a deixar de recolher o tributo, ampliando sua margem de lucro sem contribuir efetivamente para o desenvolvimento. Afinal, o que compõe os custos de produção do empresário? O salário, o aluguel, a matéria-prima, a aquisição de insumos e o tributo. Então, ao deixar de recolher esses R\$ 5,059 bilhões em 2023, essa fração de classe burguesa reduziu o seu custo de produção, sem gerar aumento de emprego, sem gerar distribuição de renda, sem gerar correlação social, sem gerar efeito multiplicador. No contexto geral, o Estado saiu perdendo, pois poderia ter arrecadado esse dinheiro e investido em outras políticas sociais, em políticas de transferência de renda, por exemplo. O Programa Bolsa Família, quando é concedido a uma família, tem efeito multiplicador de 1,75 — ou seja, ele gera mais do que um real em retorno social. Já a renúncia tributária não gera o mesmo grau de efeito multiplicador. Assim, temos impactos significativos nas finanças públicas, nas quais o ajuste fiscal não se dá em cima dessas isenções: o Estado não reviu isenções, não cortou isenções. Para onde ele foi? Para o lado mais frágil da luta de classes — as despesas primárias, que recaem sobre aqueles que mais pagam impostos, nossos trabalhadores, que mais necessitam do Estado, mas que menos têm recursos da despesa pública. Então, essa é a contradição social que a gente precisa enxergar. Nessa perspectiva crítica, a Andreia trouxe um conjunto de dados macroeconômicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Quem pagou aqueles impostos? Quem se apropriou? A gente vê que essa renúncia tributária, que o empresariado do Estado de Mato Grosso do Sul deixou de recolher, não teve efeito multiplicador, sem contar que esses mais de cinco bilhões geram desvinculação de receita constitucional: na educação, 25%; na saúde, 12%; e no ICMS dos municípios, 25%. Essa desvinculação acaba, lá na frente, impedindo a realização de políticas de valorização do servidor público e de valorização da educação básica. Por quê? Porque, na correlação de forças, essa fração de classe deixa de pagar, pois tem mais força política, mais engajamento político do que a classe trabalhadora. Então, os trabalhadores precisam se mobilizar, precisam estar organizados — os sindicatos, os movimentos, as federações — para compreender e acompanhar como está estruturada essa estratificação do fundo público, do orçamento social de Mato Grosso do Sul. É preciso entender essa correlação, porque isso é mais do que um quadro de receita potencial do estado: é a transferência de recursos públicos para o setor privado, através de isenções e subsídios, evidenciando a acumulação privada sobre a capacidade de financiar as demandas sociais. Outro ponto, é um estudo de caso da dívida ativa do Estado do Mato Grosso do Sul. O que é a dívida ativa? É o valor que hoje está acumulado em R\$ 19 bilhões. Ao longo dos anos, um conjunto de empresas foi deixando de pagar impostos ao Estado, seja porque faliram, estavam com dificuldade operacional ou financeira, entraram em concordata ou pediram falência. Mas, no conjunto dessas empresas, é planejamento tributário: “Não vamos

recolher o tributo este ano porque, no ano que vem, o Estado vai relançar um Refis, e a gente vai pagar com juros, com desconto e tudo mais.” Então, o Estado, nessa correlação de forças políticas, é muito benevolente nessa acumulação privada, permitindo que empresas deixem de recolher tributos como parte de seu planejamento tributário. Estamos falando de dezenove bilhões de reais. Se considerarmos que, em 2023, a receita foi de R\$ 22 bilhões e a dívida ativa tributária é de dezenove bilhões, o volume é altíssimo. E aí a gente vai vendo como está a correlação de forças políticas dentro do Estado de Mato Grosso do Sul: quase R\$ 6 bilhões em isenções e subsídios fiscais, quase R\$ 20 bilhões em dívida ativa. Estamos falando de R\$ 26 bilhões — valor maior do que o orçamento do próprio Estado de Mato Grosso do Sul. É uma contradição e uma apropriação privada que precisamos compreender. A questão não é que o imposto seja muito alto no Brasil; a questão é quem está pagando mais, quem está pagando menos, quem está se apropriando mais e quem está se apropriando menos. Eu poderia abordar o conjunto completo de dados das finanças públicas, como a Andreia trouxe, mas recortei esses dois pontos para mostrar quem está se apropriando mais; e qual o efeito multiplicador dessa dívida ativa? Não tem efeito multiplicador, é acumulação privada de poucas e grandes empresas. Eu fiz um estudo sobre o Estado de Santa Catarina, que tem renúncia fiscal muito superior ao Estado de Mato Grosso do Sul — no ano estava em R\$ 32 bilhões. Na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina — que não deve ser diferente do Estado de Mato Grosso do Sul — tem um milhão e cem mil empresas registradas, e esses trinta e dois bilhões de reais são distribuídos em apenas 1,6% dessas empresas. Então é uma isenção tributária para poucas e grandes empresas e, sobretudo, empresas globalizadas, empresas mundializadas; não é micro ou pequena empresa, não é empresa estadual, não é uma empresa regional, não é a empresa nacional, quem se apropria grande parte desses incentivos fiscais é o grande capital, capital internacionalizado, e esse é um outro problema: não o capital nacional. No Estado de Mato Grosso do Sul também deve ser a mesma coisa se a gente começar a estratificar e a abrir isso. Então, quem está se apropriando disso? É a grande estrutura capitalista e a grande estrutura capitalista multinacional. A maior parte dessa dívida não é cobrada das grandes empresas; eles pressionam o caixa público, e acentuam a necessidade de endividamento do Estado, porque o Estado fica mais independente de empréstimos bancários. Como ter uma dívida ativa alta? As empresas deixam de recolher. Como ter uma desoneração tributária alta? Deixam de recolher. Para o Estado fazer investimentos, ele acaba pedindo empréstimo em banco, ou seja, o fundo público vai se apropriando. Para eu entrar nas minhas considerações finais, dentro do meu tempo, no último eslaide falo sobre conclusões e perspectivas. Então, a disputa central é a dessocialização da riqueza, que é o trabalho, e a apropriação privada do capital. A perspectiva é a mudança, com relação de forças, pode redirecionar o fundo público para as políticas sociais. E a mensagem final é que a manutenção e a ampliação dos direitos sociais dependem da mobilização social das estratégias políticas adotadas pela classe trabalhadora. Então a perspectiva é visualizar quem está se apropriando mais e quem está se apropriando menos. Essa minha apresentação é a primeira parte, mais teórica e estrutural, que trata da relação política de força, e a outra parte que entra um pouco mais no Estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, eu sinto muito não estar aí, pois queria entregar dois documentos, para a

deputada, que eu fiz sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, mas espero ter outra oportunidade para isso. Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigado, professor Juliano.

Foi uma verdadeira aula, extremamente importante para nós, com dados que nos oferecem elementos valiosos para o debate. Agora, vou passar a palavra a esse público especial que está aqui presente. Temos algumas pessoas inscritas para se manifestar: o Onivan, que já precisou se retirar, mas deixou seu recado; o Marcelo Batarce, do Sindicato dos Servidores Profissionais da Educação (Aduems); a Ellayne Fátima, do Sindicato dos Servidores do Imasul; o André Santiago, do Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul; o Nilson, do Sindicato dos Trabalhadores da Agraer; o Dionísio, do Movimento dos 14% dos Aposentados; a Madalena Pereira, do Sindicato dos Profissionais da Educação de Campo Grande (ACP); o Agamenon, nosso representante do PT Regional; o Bruno Alves, do Sindicato dos Servidores do Detran; o Pedro Gaeta, presidente do Conselho Estadual do Negro (Conegro); a Evellyn Abelha, do Sindicato dos Servidores da Alems; e o Diego Mariano, representando o vereador Jean. Essas são as pessoas que estão inscritas para falar. Caso mais alguém queira se inscrever, ainda há tempo — do contrário, podemos seguir com as falas conforme a ordem já registrada. Professor, eu gostaria, se possível, que o senhor permanecesse conosco, porque acredito que poderão surgir questionamentos e observações relevantes ao longo das intervenções. Não sei se o senhor está conseguindo nos ouvir — parece que o áudio está desligado aí. Eu percebi isso quando tentei comentar que se tratava de Mato Grosso do Sul e ele não nos ouviu. Para nós, aqui em Mato Grosso, isso soa... arde no ouvido! Que bom que o senhor voltou, professor! Professor, aqui em Mato Grosso do Sul temos uma tradição curiosa: toda vez que alguém de outro estado menciona apenas “Mato Grosso”, a plateia responde em coro: “Do Sul!”. É a nossa brincadeira típica, já bem conhecida por todos. Mas, que bom que o senhor está conosco e pode nos ouvir, porque agora vamos iniciar a parte dos questionamentos e do debate. Quero começar passando a palavra ao Marcelo Batarce e, em seguida, farei a leitura da contribuição deixada pelo Onivan. Tudo bem? Depois, a próxima será a Ellayne Fátima. Cada participante terá três minutos para sua fala.

SENHOR MARCELO SALLES BATARCE (Sindicato dos Servidores dos Profissionais da Educação – Aduems) — Três minutos? Puxa vida! Bom... Boa tarde a todos e a todas. Quero, antes de tudo, parabenizar a deputada Gleice Jane pela realização deste evento. O tema é extremamente importante e bastante oportuno para nós, especialmente porque, na eleição do sindicato, ele foi um dos principais pontos da nossa campanha — e foi com base nele que conquistamos a vitória. Levantamos, entre outros assuntos, a questão da renúncia fiscal. Liguei várias vezes para a Andreia — e fico muito feliz por ela estar aqui hoje —, pedindo acesso a esses dados. Temos grande interesse neles, e a Andreia sempre foi muito solícita e atenciosa conosco. Aqui, de longe, não consegui visualizar todos os números, mas queremos, sim, ter acesso completo a esses dados. É evidente — e acredito que todos aqui percebem — que há uma contradição. Lembro de uma manchete do Campo Grande News que dizia: “O estado está crescendo, investindo...”, mas, ao mesmo tempo, falava em contingenciamento. É uma contradição. Como pode o estado estar “em

expansão”, e ainda assim contingenciar gastos? Há algo estranho nessa equação. Os dados apresentados pela Andreia já apontam um pouco dessa realidade, embora seja difícil analisar tantos números em tão pouco tempo. Ainda assim, eles revelam um quadro preocupante. Minha impressão é de que a situação é ainda mais grave do que os dados mostram. Quando se soma a isso a questão da renúncia fiscal, a gravidade fica ainda mais evidente, afinal, 25% de renúncia fiscal é um número muito grande. Durante a campanha, utilizamos esse dado — que obtivemos pela internet —, e ele corresponde a cerca de seis bilhões de reais. Fizemos um cálculo: isso equivale ao custo de doze UEMS, ou seja, seria possível manter doze universidades com o valor que o Governo abre mão em isenções fiscais. Se considerarmos apenas a parcela da renúncia fiscal que impacta o nosso orçamento — algo em torno de 1,5% —, isso representaria um aumento de aproximadamente 20% no orçamento da nossa instituição. Em outras palavras, poderíamos ter 20% a mais em recursos para servidores, professores, materiais e despesas gerais, sem gerar nenhum gasto adicional para o Governo. É um número expressivo, mas há algo mais por trás disso: esse aparente desvio de recursos do setor público para o setor privado. Quando a Andreia menciona o crescimento da balança comercial, é preciso compreender quanto desse movimento se converte em arrecadação para o estado, por meio de tributos, porque, aparentemente, a riqueza está crescendo, mas não se traduz em receita pública. Gostaria de entender melhor essa dinâmica: como o estado pode se tornar cada vez mais rico, enquanto a arrecadação parece cada vez mais restrita? Talvez seja uma questão de metodologia ou de interpretação dos dados. Por fim, quero levantar uma preocupação: a vinculação constitucional dos 25% da receita para a educação. Pelo que consegui observar rapidamente, parece que o Governo não está cumprindo integralmente essa obrigação; não sei se vocês têm esses dados, mas parece que o Governo... Eu queria agradecer e quero olhar esses dados com mais calma, pois temos que nos aprofundar nessa discussão sobre a situação econômica do estado. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Marcelo. A próxima pessoa é Ellayne Fátima e, na sequência, André Santiago.

SENHORA ELLAYNE FÁTIMA LOUREIRO DE FREITAS (Sindicato dos Servidores do Imasul) — Boa tarde a todos. Quero agradecer o convite para participar deste seminário “Finanças Públicas de Mato Grosso do Sul: Discurso e Realidade”. O professor Paulo abordou os déficits públicos do estado, referentes a 2024 e 2025; o André apresentou uma análise voltada para a leitura dos números; e o professor Juliano nos deu uma verdadeira aula ao tratar o fundo público sob a ótica da luta de classes. Confesso que eu ainda não tinha essa percepção tão clara de que os recursos públicos deveriam beneficiar prioritariamente a classe trabalhadora — e que, no Brasil, não somente aqui em Mato Grosso do Sul, ocorre justamente o contrário. Essa constatação é preocupante, especialmente em um momento em que discutimos a valorização das carreiras do serviço público e nos deparamos com essa distância entre o discurso oficial e a realidade concreta. Este seminário foi extremamente esclarecedor, pois expôs com muita clareza o que está acontecendo não apenas no nosso estado, mas em todo o país. Como o professor Juliano destacou, há estados em situação ainda mais delicada — como Santa Catarina, onde há

aumento percentual da carga tributária ano a ano. No caso de Mato Grosso do Sul, tínhamos, de 2023 para 2024, uma margem positiva; hoje, porém, essa margem desapareceu, pois estamos sob um decreto de contingenciamento. E, como a Andreia bem demonstrou em sua apresentação, os dados referentes a 2025 ainda não estão totalmente disponíveis, especialmente no site do Confaz, o que impede uma análise mais precisa. Para concluir, espero que o Governo, por estarmos sob decreto de contingenciamento, divulgue esses valores e esclareça a real situação das finanças estaduais. Precisamos compreender o que, de fato, está acontecendo, porque a mídia divulga constantemente que o estado está “muito bem”, que novas empresas estão chegando — e, de fato, percebemos isso na prática. No entanto, é essencial saber se esses recursos estão sendo efetivamente convertidos em investimento público e melhoria dos serviços. Nós, representantes sindicais, prestamos um trabalho relevante e de grande impacto social, e queremos compreender melhor essa dinâmica econômica, que hoje se tornou mais clara para mim, e vamos buscar ainda mais conhecimento para fortalecer nossa atuação. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Ellayne. Agora, o André Santiago.

SENHOR ANDRÉ SANTIAGO (Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul) — Olá, boa tarde. Agradeço o convite, diretamente à deputada, companheira da época de diretório. Na verdade, a minha fala tem um alcance um pouco mais amplo. Já participei de um comitê e de alguns estudos realizados em Brasília, voltados à divulgação de informações sobre a dívida pública. O país enfrenta uma resistência histórica à realização de uma auditoria dessa dívida — e essa mesma postura se repete aqui, em nosso estado. Quando tratamos das questões trabalhistas e históricas, é fundamental também analisar individualmente cada categoria. Nós, representantes sindicais, vivemos hoje um momento de fragmentação e perda de identidade coletiva. As discussões se tornaram superficiais, restritas aos interesses de cada grupo, como se estivéssemos sempre “olhando apenas para o próprio umbigo”, lutando para que a nossa categoria se sobressaia em relação às demais. Entretanto, as grandes lutas de classe da história surgiram justamente em momentos de crise, quando houve unificação e consciência coletiva da classe trabalhadora — e não do policial lutando apenas por si, ou do professor lutando apenas por si. Precisamos retomar essa consciência e construir novas iniciativas de mobilização unificada. Como bem destacou o Marcelo, não basta apenas dar continuidade ao debate: é necessário ampliá-lo. Precisamos envolver o cidadão comum, o aposentado, que muitas vezes está isolado dessas discussões, e também outras categorias que ainda não participam ativamente. Devemos utilizar o Poder Legislativo como instrumento legítimo para cobrar transparência e exigir que o estado apresente os dados de forma clara e acessível. Muito se discutiu aqui, mas um ponto permaneceu vago: a transparência, que é um dever do Estado e um direito da sociedade. Iniciativas como esta são fundamentais, e precisamos atuar com determinação nessa direção. É um trabalho pesado, árduo, mas essencial, caso contrário, estaremos aqui novamente no próximo ano, debatendo as mesmas teorias políticas apresentadas — como bem mostrou a Andreia —, sem saber para qual público essas informações realmente se destinam. Corremos o risco de permanecer apenas como

ouvintes, ouvindo as justificativas do Governo quando lhe convém, ao invés de termos acesso efetivo à verdade dos números. E, para concluir, quero ressaltar a importância de parcerias técnicas e da união com outros grupos de estudo e entidades econômicas. Parabéns pela excelente apresentação, doutor Juliano, e também à Andreia, pois precisamos somar forças e articular mais coletivos e instituições em torno dessa causa. Deputada, acredito que o seu trabalho na Assembleia, cobrando transparência e fiscalização das contas públicas, precisa se fortalecer ainda mais a partir daqui. Agradeço pela oportunidade e pela presença de todos.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, André! Dando sequência, vou chamar o senhor Nilson Serrana, representante do Sindicato da Agrae, e depois o senhor Dionísio.

SENHOR DIONÍSIO GOMES AVALHAES (aposentados e pensionistas) — Boa tarde a todos e todas! Deputada, obrigado por podermos realizar essa discussão e termos esse espaço para trazer um pouco de informações a todos e à população de forma geral. Estamos representando aqui os aposentados do Estado de Mato Grosso do Sul. Dentro desse contexto de luta de classes, muito bem demonstrado pelo professor Juliano, observamos os aposentados sendo massacrados aqui no estado — essa é a palavra correta. Desde o ano de 2021, quando foi implantada a contribuição de 14% sobre os salários dos aposentados, essa categoria vem sendo duramente penalizada. Se hoje há uma ampla e legítima discussão sobre os aposentados do INSS, o nosso estado também institucionalizou, por meio de legislação, um desconto que simplesmente retirou dos aposentados parte significativa de sua renda. Quatorze por cento de seus vencimentos à contribuição previdenciária — um valor significativo, especialmente quando consideramos que essa quantia era usada para despesas essenciais, como alimentação e medicamentos. Todos sabemos que, com o avanço da idade, aumentam as necessidades de cuidados com a saúde, tanto em termos de alimentação adequada quanto de tratamento médico e hospitalar. E, de forma repentina, o Governo passou a reter esses 14% dos aposentados. Essa é a nossa principal luta. No ano passado, conseguimos alguns avanços importantes. Com o apoio da deputada, de outros parlamentares e dos sindicatos, construímos conjuntamente projetos relevantes, muitos deles aprovados com ampla maioria nesta Casa. O mais significativo, em nossa avaliação, foi o aporte de 3% por parte do Estado. A participação estatal, que antes era de 25%, passou para 28%. Isso foi fundamental, pois havia a perspectiva real de que a contribuição dos aposentados aumentasse de 14% para 17%. Com o aporte do Estado, esses 3% adicionais que "viriam para os nossos lombos" — peço desculpas pela expressão — foram absorvidos pelo Estado. Essa medida reduziu o déficit previdenciário projetado até 2064, que caiu de R\$ 11,5 bilhões para R\$ 9,5 bilhões. Ou seja, os 3% significaram uma diferença de R\$ 2 bilhões. Ainda assim, estamos falando de um déficit estimado em R\$ 9,5 bilhões. E, quando fazemos o contraponto com os dados apresentados pela Andreia, pelo professor Juliano e pelo professor Paulo, observamos uma contradição evidente: o Estado, em apenas quatro anos, concedeu renúncias fiscais da ordem de R\$ 20 bilhões. Esses R\$ 20 bilhões, como foi amplamente demonstrado, beneficiam uma parcela privilegiada da sociedade, enquanto os que mais precisam — como

os aposentados — continuam sendo penalizados. No ano passado, tivemos outro projeto importante, por meio do qual conseguimos sensibilizar o Governo após alguns anos de insistência. Desde 2021, vigorava uma regra que só foi modificada em 2024. E qual foi a mudança? A ampliação da faixa de isenção para pessoas com comorbidades. Aposentados — ou mesmo pessoas ainda na ativa — com problemas de saúde graves, já isentos do Imposto de Renda, continuavam sendo tributados na contribuição previdenciária estadual. Essa situação era extremamente injusta e cruel, pois atingia justamente quem mais precisava de apoio: pessoas que gastavam boa parte de sua renda com medicamentos, tratamentos e uma alimentação específica e adequada. Somente em 2024 conseguimos sensibilizar o Governo para corrigir, ainda que parcialmente, essa distorção. Quando apresentamos esse contraponto, é para deixar clara a desigualdade que existe: enquanto o Estado concede cerca de R\$ 20 bilhões em isenções fiscais em apenas quatro anos, beneficiando majoritariamente o agronegócio e as indústrias de celulose, os aposentados continuam arcando com descontos pesados em seus proventos. E, quanto às indústrias de celulose, há um ponto que precisa ser debatido, deputada. Muito se fala que essas empresas trouxeram desenvolvimento e geração de empregos — mas será que isso se confirma na prática? O que observamos é que se trata de etapas temporárias de qualificação e instalação, com mão de obra majoritariamente vinda de fora do estado. A primeira leva de trabalhadores que atuou em Ribas do Rio Pardo, por exemplo, veio em grande parte de Belo Monte, ou seja, trata-se de mão de obra volante. Essa migração provocou um aumento populacional expressivo em Ribas do Rio Pardo, mas quem arcou com o custo social desse crescimento não foram as empresas, foi o Estado. Como bem destacou o professor Juliano, a arrecadação de impostos não acompanha proporcionalmente os custos gerados, e os benefícios fiscais concedidos não se traduzem em desenvolvimento local efetivo. A alegada geração de empregos, portanto, não se sustenta — os postos de trabalho criados são temporários e ocupados, em grande parte, por pessoas de fora. Essa mesma mão de obra que atuou em Ribas do Rio Pardo agora está em Inocência, é uma mão de obra volante, não é aqui do nosso estado. Observe, com atenção, que junto com essa mão de obra itinerante vieram outras. Para concluir, este momento é extremamente importante, pois começamos a enxergar com clareza a realidade que a deputada, o professor e a Andreia tão bem expuseram. De um lado, o estado se apresenta como exemplo de prosperidade — “o melhor estado do mundo”, exagerando um pouco —, mas, de outro, aqui se retira cerca de R\$ 600 milhões por ano apenas dos aposentados, segundo dados da Ageprev, sem contar os 3% de aumento concedido aos servidores em atividade. Então, estamos falando de uma arrecadação da qual o Governo não quer abrir mão. Mesmo os projetos que foram impactados no ano passado significaram, ao final, um gasto de aproximadamente R\$ 40 milhões, ou seja, está sendo retirado do servidor público — somando aposentados e ativos — um valor estimado, conforme nossos cálculos, pois não há números oficiais, em torno de R\$ 700 milhões de reais, e devolve-se ao servidor apenas R\$ 40 milhões. Portanto, trata-se de uma situação que está muito em sintonia com o que foi falado ao longo das discussões. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Dionísio. A próxima a falar é a Madalena e, na sequência, o Agamenon.

SENHORA MADALENA PEREIRA DA SILVA (secretária educacional da ACP) — Boa tarde a todos os presentes. Quero parabenizar a deputada Gleice Jane por este seminário que debate o discurso e a realidade sobre as contas públicas. Nós, que estamos no sindicato, ficamos até revoltados, deputada. Às vezes, nos vemos na situação de ter que defender o Governo, porque, pelos números apresentados, parece que o Governo tem boa vontade, quer nos pagar, mas não tem dinheiro, mas, quando vemos essa isenção de R\$ 5 bilhões de reais, em quatro anos — ou melhor, mais de R\$ 20 bilhões no total —, percebemos a gravidade. Porque, por ano, são cerca de R\$ 5,5 bilhões, ou seja, aproximadamente R\$ 22 bilhões em quatro anos. E, quando falamos sobre isso, Dionísio, eu me senti orgulhosa de ser representada por você, porque também estou na luta dos aposentados. O professor Juliano falou muito bem: o problema não é pagar imposto, e sim quem paga e quem é penalizado. E nós, deste lado, somos o grupo que está sendo penalizado devido ao fato de o Governo isentar as multinacionais. Fiquei imaginando, Diego, quando falamos do Fundeb: 20% desses impostos isentados deveriam ir para o Fundeb, que ajudaria a pagar os professores, os profissionais que formam nossas crianças, adolescentes e filhos dos trabalhadores. Sem mencionar os 25% da receita própria do Estado, que também estão sendo comprometidos. É muito dinheiro sendo retirado da classe trabalhadora em benefício das grandes empresas. Eu nunca participei de um seminário que me impactasse tanto quanto este. Parabenizo a Andreia e o professor Juliano, mas, especialmente, a deputada Gleice Jane, por proporcionar este momento. Deixo também um abraço ao professor Gilvan. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Madalena. Com a palavra, o Agamenon; em seguida, Bruno Alves.

SENHOR AGAMENON DO PRADO (PT Regional/MS) — Quero desejar uma boa tarde a todas e a todos, e também parabenizar o seu mandato, deputada Gleice Jane — parabéns a você e a toda a sua equipe. Primeiramente, professora, você está impactada porque está discutindo a principal lei do estado, que é a Lei Orçamentária — ou seja, as finanças públicas. Percebe-se aqui a iniciativa do mandato da deputada Gleice Jane e o interesse das pessoas em participar desse debate. Contudo, não podemos responsabilizar apenas a população pela falta de interesse, porque a forma como o debate orçamentário é conduzido é, muitas vezes, propositalmente técnica e inacessível, de modo a afastar a maioria das pessoas desse processo. Trata-se de uma estratégia de controle do Estado nacional pelas elites. Por isso, acredito, Gleice, que o seu mandato poderia sair daqui com a proposta de elaborarmos uma nova metodologia de discussão do orçamento em Mato Grosso do Sul. Por exemplo, o Partido dos Trabalhadores, na década de 1980, instituiu o orçamento participativo nas capitais — começou em Porto Alegre, com o prefeito Olívio Dutra —, colocando a população para decidir onde seriam investidos os tributos arrecadados. Precisamos criar, aqui, um Conselho Estadual, por meio dos representantes das categorias e, especialmente, dos servidores públicos; mas pode ser tripartite: a Fiems indicar os trabalhadores, indicar o Estado, para a confecção do orçamento estadual, e debater. Existe uma questão que a gente não leva em consideração, que é a execução orçamentária, que precisamos acompanhar de perto. Então, eu acho que foi

importantíssimo, Gleice, você propor este debate aqui. Precisamos levar essa discussão adiante, porque Mato Grosso do Sul tem várias realidades, tem várias regiões, tem vários "Matos Grossos do Sul". Nós temos aqui a bacia do Pantanal, temos a Costa Leste — divisa com o principal estado do país (São Paulo) — que tem uma outra realidade, e lá precisamos fazer outro debate. Então, essa questão é de fundamental importância. Eu acho que seu mandato tem que liderar, no nosso estado, o debate sobre o orçamento e as finanças públicas de Mato Grosso do Sul. Acho que você não pode perder essa oportunidade. E nós que estamos aqui temos que nos associar ao mandato da deputada Gleice Jane, para que possamos fazer esse debate. É de fundamental importância que cada representante das categorias que saírem daqui — os aposentados também — possa provocar Mato Grosso do Sul para realizar esse debate. Você já pensou nas principais câmaras do interior do estado promovendo esse tipo de debate, envolvendo vereadores, população, associações de moradores e empresários? E eu, enquanto dirigente do nosso partido, fico muito orgulhoso de você ter proporcionado esse debate aqui através do seu mandato. Viu? Um abraço a todas e a todos. Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Agamenon. Na sequência, é o Bruno e, depois, o Pedro Gaeta. Quero registrar aqui também a presença do senhor Neldo, que está representando o vereador Marquinhos Trad. Obrigada pela presença.

SENHOR BRUNO ALVES DA SILVA NASCIMENTO (presidente do Sindetran/MS) — Boa tarde, deputada. Muito obrigado pelo espaço e por trazer esse debate. Estou no movimento sindical representando os servidores do Detran. Hoje, estou presidente do sindicato desde 2023. Sou coordenador do Fórum dos Servidores Públicos, recém-institucionalizado, que, junto à Fetems e também à Feserp, vem como um ente coletivo suprassindical para que possamos participar desse debate. Há algum tempo venho conversando com a Andreia — além de amiga, vizinha de longa data, desde 2017, quando iniciei no movimento sindical — sobre o fato de que servidor público não negocia salário em maio. A data-base do servidor público começa em junho ou julho, quando o orçamento do próximo ano é encaminhado para o Governo. Porque não adianta nada a gente querer ficar elucubrando, chegando em maio, na data-base, quando o orçamento já está definido anteriormente. Só que nós temos um elemento: nunca o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul — pelo menos desde que estou no movimento sindical — nos proporcionou a oportunidade de dialogar. "Ah, ele vai dizer que fez aquelas audiências públicas do PPE e tudo mais..." Nunca. Nunca ele chegou e disse: "Vamos sentar". Eu represento os servidores de uma autarquia, e nós temos, ao menos na lei, desde 1985, autonomia administrativa e financeira. Desde o dia 20 de janeiro, quando tomei posse como presidente do sindicato, procurei abertura para dialogar: "Vamos discutir o orçamento?" Por que, deputada? A senhora estava no movimento sindical também, nos dias do governo anterior, quando este governador, que se diz neófito na política — mas, na verdade, já está no movimento político há algum tempo —, surgiu. Como o professor Juliano bem demonstrou, o sindicalismo brasileiro, especialmente o sindicalismo laboral, morreu. Nós, servidores, estamos aqui divididos nas nossas categorias, nas nossas castas: ativos contra aposentados,

aposentados contra ativos, uma federação contra a outra, quem ganha mais contra quem ganha menos. Enquanto isso, o nosso governador, que é ex-presidente do Sindicato Rural — então ele já entende de política, entende de articulação —, está lá, foi eleito. O antecessor dele também teve participação nesse movimento. Um dos secretários foi um dos representantes da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul. O sindicato mais forte do Brasil se chama Fiesp, que são os patrões. Os patrões estão muito bem organizados, enquanto nós, trabalhadores, aqui na base, estamos nos matando entre nós mesmos, quando deveríamos estar unidos e unificados. E aqui eu faço votos — por quê? — porque, na comissão de orçamento, que existe no Governo do Estado desde junho, ou melhor, desde abril, quando começamos a conversar sobre algumas demandas particulares da minha categoria, o secretário já anunciava: “Nós vamos entrar no limite prudencial logo depois da data-base.” Justiça seja feita também a este governador, que, diferentemente do antecessor, disse: “Nós vamos cumprir pelo menos com o RGA.” Ao modo dele, tem cumprido — isso a gente não pode negar. Entretanto, já se anunciava lá, e, desde agosto, eu estou aguardando os resultados da receita no Portal da Transparência. Acabei de abrir: nós não temos o índice da arrecadação. Já passou o quarto quadrimestre, estamos no limite prudencial, mas e os valores? Como a gente vai confrontar isso? Nós vamos sentar agora — acredito que a peça orçamentária já deve estar sendo discutida aqui — para debatermos como será 2026? Então, esse é o cenário. Porque, em 2018, como bem demonstrou a Andreia — e número não mente, matemática é uma ciência exata; a contabilidade pode até ter sua “criatividade” de vez em quando, mas, via de regra, número não mente —, quando foi necessário, em 2017, 2018... Desde 2014 e 2015, nós auxiliamos o Governo do Estado. Vocês se lembram: vivemos praticamente oito anos à base de abono. Tivemos, em oito anos, apenas dois reajustes, que juntos não somaram 10%; e isso à custa de muita luta. Eu estive lá em 2017 — deu dois pontos e alguma coisinha, e três e alguma coisa no outro mês. Depois, foi só abono, porque não saía do limite prudencial. Eram promoções atrasadas e dificuldades. O servidor público de Mato Grosso do Sul participou, deu a sua contribuição para o desenvolvimento do estado, para que o estado não quebrasse, não falisse. Ao final do governo Azambuja, tivemos a incorporação dos R\$ 200 do abono — que já estava defasado — e mais 10% sobre as tabelas. Mas, em compensação, em 2021, tivemos que aumentar o fator de contribuição do plano de saúde, para que nosso plano fosse sustentável e continuasse atendendo. Tivemos ainda o aumento da previdência e perdemos o nosso Fundo de Capitalização Previdenciário. Enquanto isso, os empresários caloteiros — porque quem entra na dívida ativa, via de regra, é assim — seguem sem pagar. Ai de você se deixar de pagar seu IPVA! Ai de você se atrasar! O servidor público de Mato Grosso do Sul, via de regra, em linhas gerais, perde pelo menos 40% da sua renda descontada em folha. Em torno de 7% a 10% de Imposto de Renda, que entra como recurso para o Estado — e a gente sabe que isso retorna como arrecadação. E mais: alguns chegam a 27,5%. Estou pegando a média geral da minha categoria. Enquanto isso, nós temos bilionários devendo R\$ 20 bilhões. Essa dívida ativa, de 2020, Dionísio, se tivesse sido paga ou planejada, deputada — e é bom que isso fique registrado neste seminário como resultado dessa questão da dívida ativa que está em aberto desde 2023 e que, acredito, já deve ter aumentado —, reduziria o déficit da previdência, faria o equilíbrio atuarial, permitiria que nossa previdência fosse sustentável. Poderíamos até cogitar redução. Porque servidor

público, em primeiro lugar, é povo também — é o povo que cuida do povo. E outro elemento: nós somos investimento. A maioria dos servidores públicos de Mato Grosso do Sul — meu tempo já está estourando, mas estou perto do fim —, não recebe o salário e vai gastar na Europa, não vai comprar carro importado. Esse dinheiro reverte onde? No ICMS, no mercadinho da esquina, no IPTU dos municípios, no ICMS da escola dos filhos, no próprio medicamento, no plano de saúde. O nosso dinheiro entra e fica aqui dentro do Estado. Então, a gente precisa discutir isso. E, sobretudo agora, que nós estamos no Governo do Partido dos Trabalhadores, precisamos fazer uma autocrítica. O PT precisa olhar com mais carinho para os servidores públicos em nível nacional. Permitir que uma reforma administrativa seja tocada da forma como está sendo tocada é um abuso, é um absurdo! e vai nos prejudicar enquanto país. Desde o primeiro mandato do Lula, nós não tivemos essa visão um pouco mais carinhosa com o servidor público. Reforma administrativa e reforma previdenciária são elementos que vêm nos causando — e vão causar — grandes problemas, porque nos municípios menores, nos estados frágeis economicamente, como Mato Grosso do Sul, é o servidor público, é o aposentado que movimenta a economia local e que gera empregos. Se o Bolsa Família tem um efeito multiplicador na ordem de 1,75%, pode-se dizer que o servidor público tem cerca de 1,8% de retorno em questão de impostos. Então, a gente precisa analisar isso. O que se tira, deputada, deste seminário, desta audiência pública que nós fizemos: a importância da participação dos servidores públicos de Mato Grosso do Sul na gestão e também na criação do orçamento do estado, e que a gente consiga fazer um empenho muito grande diante dessas reformas e dessa quebra da defesa do serviço público junto à sociedade brasileira. Porque, no final das contas, a gente gera, além de serviços, também riqueza.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Bruno! Agora o Pedro Gaeta, e depois a Evellyn.

SENHOR PEDRO GAETA (presidente do Conselho Estadual do Negro) — Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a senhora, deputada, e agradecer o convite para este debate muito interessante. Eu fiz umas anotações — sou meio bagunçado nas minhas anotações —, mas vamos lá. O professor Juliano nos trouxe uma metodologia que fica contraditória em relação ao que a Andreia nos apresenta. Pela visão da Andreia, nós temos um estado com uma matemática perfeita, onde nós não temos problema nenhum. E aí temos a visão do professor Juliano, que nos apresenta, como posso dizer, uma dívida pública de R\$ 19 bilhões e, ao mesmo tempo, uma renúncia fiscal em torno de R\$ 25 bilhões, uma defasagem salarial do funcionalismo público em 25%; e o Governo do Estado vem e corta 25% justamente do movimento social. Eu estou aqui hoje como presidente do Cedine, que é o Conselho Estadual dos Direitos do Negro para a Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul, mas também sou presidente do Conseia — Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, o nosso conselho, o movimento da sociedade civil, sofreu um corte de 25%. Tudo o que foi discutido aqui nos leva a refletir sobre a Lei Orçamentária. E quando a Andreia nos apresenta janeiro e fevereiro — apenas o primeiro bimestre —, a gente se pergunta: onde estão os dados deste estado tão maravilhoso? Há um déficit de apresentação dos dados. E a lei de transparéncia? E o Portal

da Transparência? Então, nós, como sociedade civil, precisamos nos mobilizar. Agamenon, parabéns pela sua fala; e também o outro senhor que falou aqui — esqueci o nome dele — com relação ao funcionalismo público, aos inativos. Eu sou inativo desta Casa, onde a gente tem 1,68% do duodécimo do estado, e a gente não vê isso refletido nos funcionários desta Casa, assim como não vemos no funcionalismo de forma geral. E aí vemos o Governo do Estado cortar na carne da população periférica, da população em vulnerabilidade, dos movimentos sociais, mas também vemos obras, uma renúncia fiscal como essa, um incentivo à Rota Bioceânica e um incentivo à Rota da Celulose. E nós, cidadãos comuns? Nós, funcionários públicos, pagamos 27,5% de Imposto de Renda, que é retido na fonte. Nós não temos como correr, não temos como sonegar. E, ainda, desde 2021, temos 14% de desconto em cima da nossa contribuição previdenciária da Ageprev e da Cassems, que tem uma qualidade péssima de atendimento na saúde. Então, nós estamos sendo sempre retalhados, massacrados, sem ter direito de uma discussão — assim como você falou e o Agamenon também falou — ampla na lei orçamentária. O PPA, Plano Plurianual, também não conta com a nossa participação. A sociedade civil precisa se mobilizar, sim, e estar presente nesses movimentos e nesses tipos de discussões. Enquanto nós nos omitirmos e não mostrarmos a nossa força... Você foi muito bem, e acho que ele também falou muito bem sobre a questão da divisão. Nós somos funcionários públicos — em primeiro lugar —, e temos que olhar para isso. É preciso unir todas as federações, todos os sindicatos, unir e ir para a rua discutir. Enquanto ficarmos quietos, enquanto estivermos calados, é isso que o Governo vai continuar fazendo com a gente. "Um Governo, um estado pujante..." Mas onde está essa pujança? Os nossos pratos estão vazios, a nossa medicação está escassa e estamos sem o vil metal, o nosso fomento — o dinheiro — para que possamos nos manter dentro daquilo que é essencial. Eu gostaria de agradecer muito a presença da senhora e que este seminário sirva como uma reflexão — e não só este, que tenhamos mais encontros como este. Parabenizo pelo seu mandato. A senhora é uma mulher corajosa; já a enfrentei, junto à população indígena lá em Dourados, e em outros movimentos que acompanhamos. Então, nós, enquanto movimento da sociedade civil, não podemos nos calar. Envolvemos PCDs, população de rua, povos originários, quilombolas, população negra, povos de matriz africana — envolvemos todos esses grupos. E esses também são povos em vulnerabilidade. Precisamos nos unir a todos os movimentos para que possamos ter força, inclusive para fortalecer o seu mandato. Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Pedro.
Agora a Evellyn, depois o Diego.

SENHORA EVELLYN DELGADO ABELHA (presidente do Sisalms) — Boa tarde, deputada. Boa tarde a todos. Eu sou a Evellyn e estou aqui como presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, representando nossos servidores. Primeiramente, eu gostaria de agradecer, deputada, pela oportunidade que a senhora nos deu, como servidores, representante dos servidores — e a senhora também é servidora. Então, é um orgulho para nós termos uma parlamentar discutindo esse assunto e trazendo esse tema aqui para o Parlamento. Compartilhar esse tema conosco é essencial, porque nós somos parte interessada nas finanças do estado, afinal, somos nós

que, de fato, executamos o estado. Existe estado sem servidor? Existe um mandato parlamentar sem servidor? Não existe. Então, nós somos parte essencial. E o estado que não valoriza o seu servidor não está valorizando a sua população, porque somos nós que executamos a política pública lá na ponta. Quero agradecer e me colocar à disposição para o diálogo. E gostaria de fazer uma sugestão, deputada, com base no que foi falado sobre essa segregação entre as classes. Nós somos uma classe só: somos o serviço público, somos servidores públicos. Aqui na Casa, ainda não temos uma frente parlamentar do servidor público em defesa do serviço público. Então, se a senhora pudesse propor e conversar com outros parlamentares, com as nossas entidades... Por quê? Porque estamos vendo também uma segregação entre o agente político e o agente técnico, e não podemos ter isso, pois um não funciona sem o outro. Precisamos de mais debates como este, que unam quem está formulando a política pública a quem está executando. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Evellyn. Como é bom ter muita gente pensando. A gente tem propostas boas — gostei. E vamos encaminhar isso, com certeza. Já estamos todos juntos no mesmo barco aqui. Agora é o Diego Mariano.

SENHOR DIEGO MARIANO (representando o vereador Jean Ferreira, Campo Grande) — Boa tarde, deputada. Boa tarde a todos os presentes aqui. Quero parabenizá-la pela iniciativa de fazer esse debate que, salvo engano, é pioneiro aqui na Assembleia Legislativa. É trazer para a realidade da discussão o mundo da fantasia que o governador Eduardo Riedel criou e propagandeia em Mato Grosso do Sul. Eu tenho um sonho: morar no estado da propaganda do governador Eduardo Riedel. Esse é o meu sonho. Porque, quando a gente vem para a realidade, o que nós temos é um quadro de precarização dos serviços públicos pela falta de investimento, da entrega do patrimônio de Mato Grosso do Sul — dos hospitais, das rodovias; agora, até o Parque das Nações Indígenas ele quer privatizar. O Hospital Regional, em vez de ter política pública para fortalecer o servidor e para não deixar faltar insumos, ele também quer vender. O Hospital de Dourados, que nem está pronto ainda, ele já vendeu. Essa é a realidade desse Governo, que vende propaganda, que vende que está tudo certo, que diz que é o estado que mais investe proporcionalmente no Brasil. Mentira! Segundo o CLP — Centro de Liderança Pública —, Mato Grosso do Sul está em sexto lugar no Brasil. Não é verdade que é o estado que mais investe. E eu gosto de citar o CLP, porque, apesar de ser um instituto com cuja metodologia tenho muita divergência — pois tem um viés liberal —, é esse o viés que o governador adota para se pautar politicamente. Então, eu busco os dados que eles consideram confiáveis. É um estado que, hoje, eles dizem estar em décimo sexto lugar em solidez fiscal no Brasil, um dos últimos do país. É o décimo nono em segurança pública, segundo também o CLP. Em sustentabilidade fiscal — que projeta a nossa situação fiscal para o futuro —, vocês sabem em que lugar Mato Grosso do Sul está, segundo o CLP? Vigésimo terceiro lugar. E, quando dizem que Mato Grosso do Sul é o estado que mais cresce no Brasil, também para justificar esses incentivos fiscais que o professor Juliano mencionou, vendem na propaganda que Mato Grosso do Sul é o estado que mais cresce no Brasil. Mentira do governador Eduardo Riedel! É apenas o décimo quarto estado que mais cresce no Brasil, segundo o próprio

Centro de Liderança Pública. Não fui eu que inventei esse dado, está público, está lá. Então, o que temos que fazer é realmente trazer esse debate — eu a parabenizo, deputada — porque o Governo omite informações. O Governo é useiro e vezeiro em não repassar os dados para a Comissão de Execução Orçamentária desta Casa e ignora tudo com muita propaganda. Então, parabéns, deputada, por trazer esse debate. Que o façamos mais vezes e que façamos o enfrentamento com o governo Eduardo Riedel, mostrando que esse “céu de brigadeiro” que ele vende não existe. Na realidade, tenho dito publicamente que a marca do governo Eduardo Riedel — que eles dizem que não tem; tem, sim — é a marca do retrocesso. Mato Grosso do Sul andou para trás com esse governador. E o professor Juliano trouxe muito bem a questão da luta de classes, porque, aqui, temos, sim, um estado dominado pelo consórcio Famasul/Fiems, onde as decisões não são tomadas no Palácio do Governo, mas no Palácio da Indústria, no começo da avenida Afonso Pena. Vão discutir questões do trabalhador no Palácio da Indústria, sem nenhum representante dos trabalhadores presente. Vai-se discutir atração de investimento para o estado, vai o “trem da alegria” com o presidente da Fiems, com o presidente da Famasul, todo mundo junto, e não há um representante do trabalhador. Então, o nosso estado está entregue à elite econômica, e nós precisamos enfrentar isso. Não dá para Mato Grosso do Sul ficar mais na mão dessa gente, que está dilapidando o patrimônio e dilapidando o orçamento do estado. Muito obrigado!

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Diego! Eu recebi aqui mais uma inscrição da Ione, mas, antes da fala da Ione, vou ler os questionamentos e as informações que o Onivan deixou para a gente. O Onivan é representante da Fetems; ele teve uma reunião do Conselho Estadual de Educação para relatar um parecer e... Tem uma coisa que ele escreveu aqui que eu não entendi, mas vou registrar: os desafios que ele apresenta para a educação dizem respeito também a um pouco do que estamos discutindo aqui. Ele diz que é preciso recuperação salarial dos professores temporários — promessa de campanha do governador —, e não foi feita. É preciso chamada de concurso público para professores — ele está falando só da educação. E isso é importante porque, hoje, 70% dos professores na rede estadual são contratados, e isso tem impacto gigantesco na Ageprev, que hoje está lutando para acabar com os 14%; e não haverá recursos na Ageprev se não houver novos concursos públicos. Há muitos professores contratados que podem se tornar efetivos — estou falando só da educação; se discutirmos as outras categorias, também há uma demanda enorme de servidores públicos em várias áreas. Garantia de carreira para os profissionais administrativos: hoje, um dos servidores que menos recebem são os administrativos da educação, com salários muito precarizados e com trabalhos exaustivos. Os profissionais adoecem, em média, depois de quinze anos de vida ativa no trabalho, são readaptados — porque é um trabalho pesado: trabalhar na cozinha com panelas enormes e cortar; trabalho repetitivo; limpeza de sala de aula com cadeiras que você empurra para cá e para lá — e as pessoas ficam doentes. E a realização de novos concursos públicos. Então, está aqui uma reivindicação, também da Fetems, que o Onivan deixou para nós. Eu vou passar a palavra, então, para quem se inscreveu primeiro, a Ione.

SENHORA IONE (aposentada do Poder Judiciário) — Boa tarde, eu sou Ione, aposentada do Poder Judiciário. É interessantíssimo tudo o que ouvi aqui. Gleice, realmente, você é "porreta" demais — tinha que ser uma mulher, não é? O primeiro palestrante foi excelente. A Andreia sempre trazendo dados importantes do Dieese. E esse professor Juliano, da Unicamp, deve ser de esquerda; eu tenho a impressão de que ele é de esquerda. Gente, adorei passar essa tarde aqui. E a fala do Bruno me deixou feliz da vida, porque é exatamente o que eu acho que tem que acontecer: todo mundo unido, e unido nas ruas. Por que o professor Juliano falou do sindicato? Se nós estamos desunidos, o que temos que fazer, gente? É nos unir e reunir. Não acredito que exista diferença entre aposentado e o pessoal da ativa. O que existe é falta de mobilização. Hoje eu acordei bem cedo e chamei um monte de pessoas para vir aqui, pessoas aposentadas. Só que muita gente está ocupada, cuidando da saúde de alguém, da família, não tem como... Então, primeira coisa: nós temos que estar disponíveis para fazer movimento! Vocês viram o que ocorreu ontem lá no Congresso... O que temos que fazer, gente? Nós temos que ir para a rua de novo e de novo. Nós não podemos nos desmobilizar. Uma coisa que sempre pensei: eu sou do Judiciário, e somos chamados de primos ricos mesmo, mas estamos na luta. Eu sou diferenciada assim, talvez, mas estou na luta, gente, não por mim, mas por todos. Por todos nós. Por aqueles que estão acamados, aqueles que não têm condições, aqueles que são alienados. Temos que estimular! É cansativo — o Dionísio bem falou que nosso movimento, desde 2023, o nosso desconto é desde 2021 — pesa, e pesa muito. Os 14% somados aos 27,5% pesam muito mais. Nós pagamos imposto — eu não me importo de pagar imposto. Nós temos que pagar imposto mesmo. O Riedel, esse maravilhoso governador que nós temos, falou na nossa cara: "Vocês são receita." Governador, diminua 1%, 2%, porque, no ano que vem, o senhor vai ver: não vai ter a quantidade de votos que está pensando — e muito menos o Reinaldo Azambuja. Ele pode até ser o "primeirão", mas não em quantidade de votos. Nós estamos detonando esse cara desde este ano, no ano que vem já estaremos com a detonação generalizada, porque, se não houver essa mobilização, nós não conseguiremos transformar nossas vidas. E é unido — unido! Alguém falou sobre o aumento que tivemos este ano... Pela primeira vez, Executivo, Legislativo e Judiciário tiveram o mesmo aumento. Agora eu pergunto para o senhor representante do sindicato: por que nós não fizemos nada? O Poder Judiciário... Nós esperneamos, os servidores aposentados e ativos espernearam e pegaram 5,6%? Nós nunca tivemos o mesmo aumento dos aposentados e ativos, e do Legislativo e do Executivo. Eu achei péssimo isso. Eu não quero estar no mesmo nível. Sempre o Tribunal de Justiça deu um pouco a mais. Pela primeira vez, o governador nivelou a gente: "Olha, todo mundo 5,6%." Eu achei que ia ter um movimento do Fórum de Servidores, da Feserp, de outras federações e de todos os sindicatos. Agora, eu deixo essa pergunta aqui: por que nós não fizemos nada? André... Não. Santiago, me responda: por que nós não fomos para as ruas? Por que não peitamos o Riedel? Eu quero essa resposta. Mas, Bruno, eu acho que nós temos que acabar com essa diferença de aposentados e ativos. Vamos juntos, vamos adiante, vamos de mãos dadas e vamos para as ruas. Porque muitos aqui, gente... Eu não fui às ruas no dia 21 de setembro, domingo, mas não vi muitos aqui. Eu não vi muitos de vocês nas ruas, mas nós temos que ir. Hoje, esta sala poderia estar lotada. Eu faço um desafio: na próxima vez que voltarmos aqui, poderemos ter pessoas no corredor e colocar muitas pessoas

assistindo lá no telão. Eu faço um desafio, Gleice, para não parar nesta primeira. Então, que tal, gente? Eu sou da mobilização, do movimento dos 14%, eu sei como podemos fazer a mobilização, e posso ensinar isso a vocês. Vamos aceitar esse desafio? Na próxima audiência não será só aqui, não; será também no corredor, com muita gente assistindo. Gleice, excelente, viu? Aprendi muito aqui. Não foi em vão esta tarde, não foi em vão. Você está de parabéns.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Ione.

SENHOR PEDRO GAETA (presidente do Conselho Estadual do Negro) — Rapidinho: a vantagem de ser inativo é não correr o risco de ser exonerado.

SENHOR NELDO PETERS (representando o vereador Marquinhos Trad, Campo Grande) — Boa tarde a todos. Agradeço primeiramente à deputada Gleice Jane pela iniciativa. Venho representando o vereador Marquinhos Trad, de Campo Grande; ele é do PDT, e eu também sou presidente da Juventude do PDT de Mato Grosso do Sul. Olha, a primeira coisa que percebi aqui foi a necessidade de parabenizar o professor que participou por videoconferência, o professor Paulo Esselin, que estava no começo da audiência, e também a Andreia. Eu vi aqui representantes de sindicatos, vereadores, representantes de vereadores, de vários segmentos de aposentados e outros, mas senti a ausência do Governo. Acho que, na próxima, devemos fazer um convite público para o secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, Flávio César, que foi vereador de Campo Grande, e não é apenas tecnocrata, é político, e sabe que isso aqui é uma força política. Ele sabe que o orçamento de Mato Grosso do Sul, como disse o presidente Agamenon, tem que ser discutido com o povo. Se ele não puder vir, que envie o secretário adjunto, mas é importante ter alguém presente. Já que os dados não estão disponíveis em tempo real, que tragam planilhas: “estes são os dados”, e assim por diante. Porque aqui, apesar de estar sendo gravado e tudo ficar documentado e encaminhado, é fundamental a presença de alguém do Poder Executivo. O orçamento de 2026 ainda não foi votado, certo? Ainda não. Então, precisamos ter essa discussão. Eu vi aqui a ex-subsecretária Vânia, e quero dizer que há uma Secretaria de Estado de Cidadania que foi criada, mas quantos milhares ou milhões de reais há no orçamento de Mato Grosso do Sul para políticas públicas voltadas a pessoas idosas, indígenas, LGBT? Não há. Então, para que criar uma secretaria que não tem orçamento? Ouvi ontem um boato: parece que vai acabar a Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura, e as três fundações irão para a Segov, porque a Segov é uma secretaria semelhante a uma “rainha Elizabeth”. Então, é necessário fazermos essa discussão, independentemente de eleição, de partido, de quem vai ser candidato ou de que lado estará. Isso se decide mais adiante, quando estiverem definidos os elegíveis e os candidatos pós-convenção. Até lá, precisamos unir essas categorias — vereadores, prefeitos, deputados, presidentes de sindicatos, todos — porque estamos lutando pelo mesmo estado, pela mesma causa. E não adianta o estado divulgar números dizendo que está crescendo, que estão vindo indústrias e tudo mais, se a arrecadação está caindo. Então, há algo errado, algo que não está bem explicado. Agradeço a oportunidade e acredito que, na próxima audiência, precisamos ter mais deputados estaduais presentes, além de

representantes do Poder Executivo, porque é uma questão extremamente importante termos os dados do Governo de Mato Grosso do Sul nas mãos do povo. Antigamente, muitos prefeitos enviam para as câmaras: "Esta foi a receita, esta foi a despesa, esta foi a prestação de contas." Hoje criticam muito o Governo Federal, mas um CEO (diretor-executivo) que pega um Governo com superávit e, em dois anos e meio, quase três anos, o Governo está em déficit, é de se discutir a capacidade desse CEO, não é? Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Um CEO "best-seller", porque, além de tudo, vende o serviço público que a gente tem — saúde, saneamento básico... Então, temos desafios. André.

SENHOR ANDRÉ GARCIA (Fenaspen) — Deputada, estou pegando a palavra para dar resposta àquilo que foi solicitado e questionado. Eu respondo com muita tranquilidade, porque tenho um orgulho muito grande de fazer parte da Federação Nacional Sindical dos Agentes Penitenciários (Fenaspen), que fez uma demonstração muito grande de força política sindical, algo que não temos visto ultimamente. Conseguimos fazer alteração na Constituição Federal — a maior alteração desde 1988 —, que foi a criação da mais nova polícia do Brasil, para enfrentar o crime organizado. Foi um trabalho muito grande, com muita mobilização em Brasília, e não é fácil. E, vindo para o Mato Grosso do Sul, o Sinsap, pela verificação histórica — é só olhar os fatos —, é a categoria que mais se mobilizou dentro do estado. Fizemos vários movimentos para conseguir a emenda constitucional, estivemos nesta Casa, lotando-a, já participamos também de mobilizações junto com demais sindicatos. E o que percebemos, quando tentamos fazer essa unificação, é que há sindicatos que se aproveitam da mobilização, principalmente da nossa carreira, que tem uma força muito grande, e vão sentar com o Governo de forma isolada, desmotivando e desfazendo todo o movimento construído. Então, eu tenho muito cuidado em dizer que vou participar de movimentos conjuntos, justamente por causa disso — porque isso tem acontecido no nosso estado. E também, podem verificar, na imprensa: o nosso é o único sindicato que, ultimamente, fez movimentos, descumprindo ordem judicial por quinze dias, sob ameaça de prisão; e eu estou respondendo na Justiça até hoje, ou seja, demonstrei a atividade e como fazer, dando exemplo para a minha categoria e para as demais categorias.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — E numa greve que só parava de fazer hora extra, não é? Eu me lembro. Tem mais alguém do público que se inscreveu para falar? Bom, antes de passar aqui para as falas finais de encerramento, eu queria fazer algumas considerações. Falamos muito aqui sobre o serviço público, sobre os servidores, mas é importante também falar sobre essa renúncia fiscal — esses milhões que deixaram de ser destinados ao serviço público. O Marcelo Batarce falou aqui de quantas UEMS poderiam ser feitas, mas eu quero apresentar também quantas escolas poderiam ser construídas. Eu venho de uma cidade, que é Dourados, onde falta vaga para as crianças na primeira série — não tem vaga para criança na primeira série. É obrigação do Estado garantir isso. O Estado deixou de assumir sua responsabilidade na educação, e hoje vivemos essa situação: falta de vagas, salas superlotadas, salas de aula sem segurança

para as crianças, porque uma sala com muitas crianças os professores não têm controle. Salas com muitas crianças da educação especial — crianças que, muitas vezes, não têm laudo, não têm tratamento, porque falta neurologista, falta médico, falta atenção no serviço público para essas crianças. Essa tem sido uma demanda das mães atípicas, que têm procurado a gente dizendo: "Olha, falta remédio para o meu filho." Entram na Justiça, conseguem o remédio dois anos depois do laudo médico — essa é a média —, e, com isso, a situação de saúde das pessoas, das crianças, dos adultos vai se agravando. Então, nós teríamos várias situações na saúde que poderiam ser resolvidas com esses recursos de isenção tributária que o Estado concede. Mas eu também quero perguntar: quantas casas poderiam ter sido construídas para as pessoas que hoje vivem em Mato Grosso do Sul? Nós temos uma população — sobretudo uma população imigrante — que chega ao estado e encontra falta de estrutura: falta escola, falta hospital. A gente vê aumentar o serviço público; a gente vê aumentar o número de pessoas — uma população rotativa que passa pelo estado, alguns ficam, outros vão. Mas temos uma demanda crescente. Temos um Hospital Regional sendo construído em alguns municípios, como no caso de Dourados, mas já terceirizado, já entregue ao mercado — e sem que tenhamos grandes informações a respeito. Mas, pela mídia, a gente vê o governador querendo colocar o Hospital Regional de Campo Grande na Bolsa de Valores. Ou seja, aquilo que não está sendo suficiente para atender o povo deverá dar lucro. Quem é que vai ser prejudicado mais uma vez com isso? A serviço de quem estão os interesses econômicos? Mas quero aqui chamar a atenção também para outra situação muito grave que vivemos: a relação do Estado com os povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Eu estive recentemente em uma área de conflito, em Guyraroká, em Caarapó, e, chegando lá, me surpreendi — helicópteros sobrevoando, vários carros de camburão. Não é a primeira vez. Quando há situações de conflito, quando a situação é de luta pela terra aqui no estado, a resposta do Governo é o aparato completo da segurança pública para reprimir a população. Nós vimos em 2022, no governo anterior — mas também como consequência de gestões anteriores —, um ataque da polícia atirando em crianças indígenas, com helicópteros. Esse era o relato da comunidade, que contou para a gente. Eu estive lá na área, e a população dizia: "Olha, os helicópteros estiveram aqui com metralhadoras atirando, e as crianças se escondiam embaixo do milharal." De lá para cá, eu vi situações de ataques às áreas de retomada, às áreas de quem luta pela reforma agrária. Nós vimos um ataque gigantesco e horroroso contra uma população indígena que lutava por água em Dourados. E eu digo a vocês: a população indígena em Dourados, nas aldeias, vive em uma área extremamente vulnerável, e o crime organizado tem utilizado esse espaço como rota de fuga. Há um alto índice de jovens viciados, porque dentro da aldeia se encontrou um caminho fácil para burlar a segurança pública e para que o crime organizado se instale dentro daquele espaço. E a polícia não vai lá, porque diz que é uma área federal — e não vai. Mas, quando o povo foi para a rua, fechou a rodovia porque queria água para beber, para tomar banho, para cozinhar, aí sim a polícia entrou. Aí chegam helicópteros, chegam carros da polícia. Então, o que eu quero dizer com isso é que nós temos um estado que realmente — e hoje, mais uma vez, confirmamos aqui pelas renúncias — atende aos interesses econômicos de uma parte da população, que é o grande latifúndio. Acho que o professor também falou um pouco sobre isso: quem são essas pessoas que estão sendo beneficiadas com a renúncia fiscal? Quem são essas pessoas e quem são as

que estão sendo penalizadas com essa política? Acho que hoje conseguimos compreender e aprofundar um pouco mais essa desigualdade que temos aqui no estado. E nós, servidores públicos — e me coloco nesse grupo, porque sou professora efetiva da rede estadual —, estamos no caminho do meio. Somos servidores, trabalhadores, somos o povo que também atende o povo. Temos uma grande responsabilidade na luta, na construção desse processo, no enfrentamento e no debate. O seminário de hoje tinha como objetivo começarmos esse aprofundamento, que é algo que nos preocupa muito. Gostei da proposta da frente parlamentar, e já vamos propor aqui a criação da Frente dos Serviços e dos Servidores Públicos, para que possamos ampliar esse debate e chamar a sociedade civil organizada para participar também. Aproveito para dizer aos representantes sindicais: este primeiro momento fizemos questão que fosse feito algo realmente para nós — para quem está nessa luta há mais tempo —, mas precisamos, a partir daqui, ampliar, porque, às vezes, essa linguagem não é tão simples para muita gente, já que o debate sobre orçamento público é complexo. E agora temos também a responsabilidade de começar a traduzir isso para outras categorias e fazer com que compreendam. Vocês disseram algo muito importante aqui: nós somos uma categoria só. Não podemos achar que somos diferentes. Precisamos compreender que somos classe trabalhadora, e a classe trabalhadora é formada por diferentes categorias, mas é uma classe só. Se estiver difícil para um, vai ser difícil para todo mundo — inclusive porque, quando pensamos na distribuição de financiamento, não há como nos separarmos nesse processo. Pode haver quem ganhe um pouquinho a mais, outro um pouquinho a menos, mas, no geral, todo mundo tem os mesmos prejuízos. Então, a gente precisa compreender esse processo do financiamento. Quero aqui, antes de passar para as considerações finais, agradecer e parabenizar a Andreia pelo trabalho que faz há mais de uma década, que eu acompanho, e com quem eu sento para aprender, porque a Andreia já me ensinou bastante coisa na luta sindical também. Quero agradecer ao professor Juliano, que se dispôs a estar aqui com a gente. Infelizmente, não conseguiu estar presencialmente, professor, mas vamos ter novos momentos. Quero agradecer demais por estar estudando o nosso estado, por se mostrar preocupado com a gente nesse processo e por estar aqui presente conosco. Quero, então, agradecer e parabenizar cada um e cada uma que está aqui hoje, e dizer que este foi o primeiro de muitos. Temos novos desafios. A gente discutiu aqui o que já foi renunciado, mas nós temos outro debate que virá a partir da reforma tributária — quais são os novos desafios? Porque ainda temos outros desafios pela frente. Então, parabéns para vocês, e obrigada, a gente ainda vai ter mais. Antes de encerrar, quero passar a fala para o professor Juliano, para suas considerações finais, e depois para a Andreia. O senhor nos ouve, professor?

SENHOR JULIANO GIASSI GOULARTI (doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp) — Quero agradecer pela oportunidade e lamento por não estar presente. Sinto-me muito honrado pelo convite da professora, sindicalista e deputada Gleice Jane. [Trecho inaudível].

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Terminou, professor? Não? Vim tão acelerada para cá com esse... [Trecho inaudível].

SENHORA ANDREIA FERREIRA (economista da UFMS e supervisora técnica do Dieese) — Espero recebê-lo aqui, viu, professor Juliano. Obrigada pela aula. E agradeço mais uma vez à deputada — e eu já falei para ela que ela pode ser deputada, mas, no meu coração, ela sempre será a minha chefinha. A gente se conhece desde antes do movimento sindical, depois do movimento estudantil. Então, a gente tem história para contar. É bom poder contar a história de uma parlamentar séria, comprometida com o desenvolvimento do estado, que pensa o desenvolvimento não só do lado econômico e financeiro, mas para que esse desenvolvimento reflita, principalmente, na vida de cada um de nós. Agradeço pela oportunidade e vou aproveitar para responder uma pergunta — meu tempo já foi — e, é claro, vou fazer o meu "jabá". Momentos informes: professor Marcelo, querido, meu chefinho, e outros chefinhos aqui — chefinho Bruno, os chefinhos da Assembleia e as chefinhas... O outro chefinho foi embora, mas, enfim — todos os meus chefinhos que são do setor público —, eu já mandei a apresentação para vocês por e-mail. Depois, vou fazer a separação conforme cada função e cada despesa. Então, vai ter um dado específico para a UEMS, para o Detran, para a Segurança Pública, para todo mundo. Vai demorar mais um pouco, mas, semana que vem, vai sair. E aí, aproveitando, como eu disse, vou poder "puxar a sardinha" e ir respondendo ao meu "quase xará" André Santiago, que é do Sinsap, dos policiais penais — importante trabalho que eles fazem. Ele falou da questão de termos um estudo, e aí, claro, vou reforçar o papel do Dieese. Nós estamos há treze anos aqui em Mato Grosso do Sul e há setenta anos no país. Então, entidades sindicais que precisam de estudos, que precisam de dados, entrem em contato com o Dieese, procurem saber como se associar e ajudar a construir esses estudos. A gente precisa de técnicos, mas também precisa de recursos. Amo todos vocês, e sei que vocês me amam — como eu sempre digo —, mas a gente precisa pagar as contas, computador precisa de bateria... Então, associem-se ao Dieese. Vamos trabalhar juntos. Estou à disposição. Já algumas informações que estão aqui, eu vou repassar depois. Inclusive, um cálculo que vou passar — o senhor Juliano mostrou a relação das renúncias — é com relação à Receita Corrente Líquida. Vou fazer esse histórico até o final do mês, aguardem. Mas já vou passar também para o gabinete da deputada. Estamos juntos, gente. No que vocês puderem contar com o Dieese, o escritório de Mato Grosso do Sul está à disposição. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Andreia. Só vou responder uma última pergunta que o Marcelo fez, que foi sobre os 25% da educação. Nós estudamos alguns relatórios do Governo aqui recentemente, para uma audiência pública, e tivemos também a mesma dúvida. Fizemos questionamentos e, até agora, não temos respostas. Recebemos um relatório do Governo em que, uma página, mostrava que não cumpria os 25% — estava bem abaixo — e, em outra página, dizia que cumpria. Então, ficamos pensando: "O que é isso?" Na audiência pública fizemos o questionamento, porém, não tivemos resposta. Fizemos novamente o questionamento e estamos ainda aguardando, mas é uma dúvida que temos. Inclusive, a impressão que temos — e talvez o Dieese possa nos ajudar — é que boa parte da Ageprev está sendo paga, também, com recursos da educação, dentro dos 25%. É apenas uma hipótese, porque realmente precisamos confirmar. Assim que tivermos novas informações, voltaremos a conversar sobre isso.

SENHORA ANDREIA FERREIRA (economista da UFMS e supervisora técnica do Dieese) — Mas, só para adiantar, enquanto o professor perguntava, eu fui "xeretar" o relatório. O Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária traz justamente os dados da educação, da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) — é o nome que está lá no relatório. Então, lá no relatório consta que foi até um pouco acima do percentual exigido, mas a gente tem que ver se não houve nenhuma republicação, porque às vezes acontece — falha algum dado — e, de repente, quando foi publicado para você naquela audiência, estava com um número, depois foi republicado; então, tem que ajustar. Mas, nesse que acesei no Portal da Transparência enquanto eu estava aqui, estava cumprindo, sim. Vamos aguardar os próximos capítulos.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — É isso. Querem agradecer a presença de cada servidor e servidora. Quero agradecer também às servidoras e servidores da Casa. Para nós, toda atividade que realizamos aqui conta com uma equipe fantástica que colabora e faz tudo acontecer. Quero agradecer demais a participação de todo mundo. Como disse nossa representante, para que isso funcione, tem muito servidor colaborando nesse processo. Então, quero agradecer a cada um e a cada uma. Parabéns, e até a próxima — porque vai ter mais! Um abraço, gente! (16h58min).